



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES

CURSO DE DIREITO

**CIRCULAR Nº 1.464 DA FIFA - A PROIBIÇÃO DO “THIRD PARTY
OWNERSHIP”**

João Lucas Feldens Catto

Lajeado, dezembro de 2017

João Lucas Feldens Catto

CIRCULAR Nº 1.464 DA FIFA - A PROIBIÇÃO DO “THIRD PARTY OWNERSHIP”

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia, do Curso de Direito, da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Professor: Prof^a. Me. Jorge Ricardo Decker

Lajeado, dezembro de 2017

João Lucas Feldens Catto

CIRCULAR Nº 1.464 DA FIFA - A PROIBIÇÃO DO “THIRD PARTY OWNERSHIP”

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia, do curso de graduação em Direito, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Bacharel em Direito:

Prof. Me. Jorge Ricardo Decker – Orientador
Universidade do Vale do Taquari - Univates

Prof. Renato Luiz Hilgert
Universidade do Vale do Taquari - Univates

Ney Derli Fensterseifer
OAB/RS 15.119

Lajeado, dezembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais e irmãos, pelo amor e incentivo incondicional durante toda a caminhada universitária.

Ao futebol, esporte o qual sempre fui apaixonado e me trouxe grandes alegrias por toda a minha vida.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

A *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), por meio da Carta Circular nº 1.464/2014, regulamentou disposições para a proibição de terceiros na propriedade de direitos econômicos de futebol, sendo conhecido como *Third party Ownership*. O conteúdo da circular ensejou a alteração dos *Regulations on the Status and Transfer of Players* (RSTP), da FIFA, com a inclusão dos artigos 18*bis* e 18*ter*. A presente monografia objetiva analisar a possível solução para a validade do negócio jurídico dos direitos econômicos de atletas profissionais, sob análise das legislações civis e desportivas. Trata-se de pesquisa qualitativa, realizada por meio de método dedutivo e de procedimento técnico bibliográfico e documental. Dessa forma, as reflexões começam descrevendo a evolução histórica das legislações desportivas, passando, inclusive, pela criação das confederações nacionais e internacionais. Em seguida são explanadas noções acerca do direito contratual e trabalhista aplicado aos clubes e atletas, bem como a incidência das cláusulas de extinção contratual, a fim de se satisfazer os valores indenizatórios desportivos. Finalmente, analisa a possível existência/solução jurídica para o negócio do direito econômico para terceiros. O conteúdo da circular proíbe a comercialização do TPO através de seus regulamentos. No entanto, se questiona se essa proibição no cerne desportivo teria a aplicação na legislação cível, ressaltando o (único) caso mundial do RFC Seraing, clube belga punido desportivamente pela comercialização do TPO. Dessa forma se classifica o negócio como uma cessão de créditos futuros, conforme se faz possível ante o artigo 286, do Código Civil, ou seja, plenamente satisfeito pelo ordenamento jurídico cível. Por fim, se insurge quanto a (i)licitude do objeto da

cessão, visto que preenche todos os requisitos de validade descrito no artigo 104 do Código Civil, não sendo possível se concluir ante insuficiência de referencial nas doutrinas e aplicação jurisprudencial no cenário jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Direito desportivo. Circular 1.464/2014. FIFA. Direitos Econômicos. *Third party Ownership*. Cessão de Crédito.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Confédération Africaine de Football (CAF)
third-party ownership” (TPO)
Regulations on the Status and Transfer of Players (RSTP)
Asian Football Confederation (AFC),
Unión des Associations Européennes de Football (UEFA),
The Confederation of North, Central America and Caribbean Association Football (CONCACAF)
Oceania Football Confederation (OFC)
Confederación Sudamericana de Fútbol (CONMEBOL)
Confederação Brasileira de Futebol (CBF)
Fédération Internationale de Football Association (FIFA)
International Football Association Board (IFAB)
The Football Association (FA)
Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol (RNRTAF)
Confederação Brasileira de Desportos (CBD)
Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)
Constituição Federal (CF)
Boletim Informativo Diário (BID)
Court of Arbitration for Sport (CAS)
Tribunal Arbitral du Sport (TAS)
Union Royale Belge des sociétés de Football-Association (URBSFA)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DO DESPORTO MUNDIAL E BRASILEIRO	12
2.1 Surgimento e evolução do futebol.....	13
2.1.1 <i>International Football Association Board (IFAB)</i>	14
2.1.2 <i>Fédération Internationale de Football Association (FIFA)</i>	15
2.1.3 Confederação Brasileira de Futebol (CBF)	17
2.2 A historicidade da Legislação desportiva no Brasil	20
2.2.1 Lei nº 8.672 (Lei Zico).....	22
2.2.2 Lei 9.615 (Lei Pelé) e suas alterações.....	23
3 CONTRATO E RELAÇÃO DE TRABALHO DE ATLETAS PROFISSIONAIS.....	26
3.1 Atleta profissional e atleta não profissional.....	27
3.2 Contrato de trabalho de atleta profissional.....	28
3.3 Extinção contratual.....	32
3.3.1 Extinção Antecipada por parte do clube	34
3.3.2 Extinção Antecipada por parte do atleta.....	36
3.3.3 Cláusula indenizatória e compensatória desportiva.....	38
4 SOLUÇÃO PARA A VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO DOS DIREITOS ECONÔMICOS DOS ATLETAS PROFISSIONAIS.	41
4.1 Circular nº 1.464 da FIFA e seu acolhimento pela CBF.....	42
4.2 Direito econômico x Direito federativo.....	45
4.3 Third party ownership (TPO) no Brasil e no mundo.....	48
4.4 Caso Royal Football Club Seraing.....	50
4.5 Negócio jurídico do direito econômico... ..	52
5 CONCLUSÃO... ..	57
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXOS... ..	66

1 INTRODUÇÃO

O direito está sempre em constante evolução, fato esse ocasionado pelas mudanças frequentes na sociedade. O direito desportivo não foge dessa realidade. Consequentemente, a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), maior entidade regulamentadora do futebol mundial, tem comissões internas que preparam estudos para melhorar o extra campo do esporte. No Brasil, a principal entidade do futebol, que é filiada a FIFA, é a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Nessa constante, a prática esportiva é um hábito saudável, sendo ela de forma amadora ou em nível profissional. Dentre os muitos esportes existentes temos o futebol, a modalidade mundialmente mais conhecida. Apesar de sua popularidade, o esporte é conhecido como futebol moderno tendo em vista que por volta do século XVII, a Inglaterra resolveu criar normas e padronizar um esporte que era praticado de inúmeras formas e sem nenhuma regra. No Brasil, o esporte foi trazido por Charles Miller em 1884.

O futebol é um esporte de fascínio e atrai muitos jovens que sonham construir uma carreira profissional por meio dele. Por conta disso, inúmeros avanços em termos de legislações desportivas e regulamentações são feitos com o intuito de resguardar direitos oriundos do futebol e, mais precisamente, sobre o atleta de futebol profissional.

O direito trabalhista possui como princípio a continuidade, por isso apenas faculta as hipóteses de se constituir uma relação temporária de trabalho (art. 445, da Consolidação das Leis Trabalhistas). O direito trabalhista desportivo exige como

obrigatoriedade o prazo estipulado em contrato. Diferente do trabalhador regido exclusivamente pela CLT, o contrato de trabalho do atleta deve conter necessariamente um prazo determinado, conforme determina o art. 30 da Lei 9.615/98 (Lei Pelé).

No entanto, dentro do período convencionado no contrato, o atleta pode ser cedido temporariamente (empréstimo) ou transferido em definitivo. Nas hipóteses de transferências em definitivo para outra entidade de prática desportiva, é devido ao clube de origem a cláusula indenizatória desportiva, na qual o clube que contratar o jogador e o próprio jogador são solidariamente responsáveis pelo pagamento, dentro dos limites do art. 28 da Lei Pelé.

Ocorre, no entanto, que essa cláusula indenizatória pela quebra de contrato que deveria ser do clube de origem nem sempre é de direito integral da entidade. Assim, é comum ouvirmos que o atleta possui seus direitos econômicos “fatiados”.

Um exemplo a ser citado é o caso do jogador Gabriel Jesus, vinculado ao Manchester City da Inglaterra desde agosto de 2016. O atleta, que era profissional do Palmeiras, foi vendido ao clube inglês por € 32,7 (trinta e sete) milhões de euros, entretanto, seus direitos econômicos estavam divididos entre terceiros, sendo distribuídos em 47,5% (quarenta e sete vírgula cinco) a uma pessoa jurídica gestora de esportes, 22,5% (vinte e dois por cento) pertencentes a pessoa física de seu empresário, restando ao Palmeiras (entidade de prática desportiva de origem) apenas 30% (trinta por cento) dos direitos econômicos.

O caso do atleta acima citado é um entre tantos no futebol mundial. A estimativa feita pelo canal esportivo ESPN em maio de 2015 aponta que 75% dos atletas dos grandes clubes brasileiros possuem seus direitos econômicos “fatiados” entre investidores, atletas e clubes.

Assim, preocupada com as interferências administrativas extracampo ocorridas no futebol, a FIFA emitiu às suas entidades filiadas a Circular 1.464/14, na qual regulamenta o afastamento da possibilidade de terceiros possuírem direitos econômicos sobre jogadores de futebol profissional, o chamado *third-party ownership* (TPO). Essa regulamentação, em termos gerais, determina que os clubes

de futebol profissional não possam mais negociar com terceiros a propriedade de direitos econômicos sobre seus atletas.

Tal medida, prevista nos artigos 18^{bis} e 18^{ter} da *Regulations on the Status and Transfer of Players* (RSTP) da FIFA e adotada pela CBF no artigo 10 de seu Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de futebol (RNRTAF), tem um grande impacto no cenário futebolístico nacional, tendo em vista a grande dificuldade atual de se fazer futebol profissional sem dinheiro.

Destarte, o presente trabalho almeja, como objetivo geral, analisar a possibilidade jurídica de comercialização do TPO, ante a legalidade da modalidade de negócio jurídico, analisando a legislação cível e desportiva, com embasamento no Código Civil, Lei Pelé e força legislativa da FIFA. O estudo discute, como problema: A legislação desportiva não permite a comercialização do TPO, tendo em vista a o conteúdo da Circular 1.464/14 da FIFA. Contudo, a legislação cível permite que seja feita a cessão de créditos futuros oriundo de contrato de risco. Assim, ante a (i)legalidade do objeto do negócio jurídico, existem alternativas para validar o negócio da cessão de direito econômico de atletas profissionais para terceiro?

Quanto ao modo de abordagem, a pesquisa será qualitativa, pois conforme Mezzaroba e Monteiro (2014), o que se procura atingir é a identificação da natureza e do alcance do tema a ser investigado, utilizando-se, para isso, exame na busca de interpretações possíveis para o fenômeno jurídico em análise. Com o intuito de alcançar a finalidade desejada pelo estudo, será empregado o Método Dedutivo, em que o estudo se dará por meio de procedimentos técnicos baseados na doutrina, legislação e jurisprudência.

O primeiro capítulo tem como intuito dar embasamento histórico na relação desportiva, o qual será importante para a compreensão do restante do trabalho monográfico. Assim, ele descreverá noções sobre o futebol prático, sobre a história quanto ao seu surgimento e suas regras. Após, será relacionada a criação da federação internacional (FIFA) e confederação brasileira (CBF), conceituado as suas atribuições e sua história. Por fim, será feito o estudo da evolução legislativa do desporto, em especial na Lei Pelé.

O segundo capítulo buscará explicar o Direito Contratual no ordenamento jurídico brasileiro, explicando sua evolução histórica até a contemporânea conceituação da disciplina. Posteriormente se fará um estudo das formas de contrato e de suas formas de extinção, descrevendo seus predicados e conjecturas mais importantes. Porém, o foco principal depositou-se sobre as incidências das cláusulas de extinção, quando da sua forma anormal do, principalmente nas cláusulas indenizatórias e compensatórias desportivas.

Por fim, no terceiro e último capítulo será analisada a (i)legalidade do objeto da cessão de crédito de direitos econômicos de atletas profissionais. Assim, inicialmente irá ser explanado sobre o conteúdo da Circular 1.464/14, disponibilizada pela FIFA a cada uma de suas entidades filiadas, corroborando a proibição do TPO. Em seguida, será feita a exposição dos direitos oriundos dos atletas profissionais, quais sejam os federativos econômicos, bem como sobre as formas de se constituir cada um deles. Continuando, o capítulo definirá o que pode ser considerado o TPO no Brasil e no mundo e ainda considerará caso do clube *RFC Seraing*, punido pela comercialização dos direitos econômicos. Em último momento, será analisada a efetividade da circular e ainda feita a análise acerca da possibilidade de validar o negócio jurídico do direito econômico, sob ótica das legislações desportivas e civis, com enfoque no objeto da cessão.

2 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DO DESPORTO MUNDIAL E BRASILEIRO

Toda criança ao começar sua vida curricular, independente do método de ensino de seus professores ou escola, em algum momento recebe uma pergunta de seus mestres: “O que você quer ser quando crescer?”. Esse questionamento pode vir a ser por método de instigação ao crescimento ou simplesmente por curiosidade de saber o que imagina uma criança. Em algum momento uma criança responde: “eu quero ser jogador de futebol”. Bem, essa resposta é tão comum quanto se imagina e ela vem graças à universalização e profissionalização do futebol.

Em patamares e hierarquias diferentes, temos dois órgãos representativos do futebol. Em nível internacional, existe a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), que “foi criada em 21.05.1904, após uma reunião e tendo como membros fundadores a França, Holanda, Bélgica, Suíça, Espanha, Dinamarca e Suécia, sendo órgão máximo do futebol” (NETO, 2010, p. 18).

Nessa contexto, a FIFA é responsável por ditar as regras e orientar as confederações nacionais de cada país. Seguindo, em nível nacional, temos a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que recebeu essa nomenclatura somente em 1979 após se chamar Confederação Brasileira de Desportos (CBD) desde o ano de 1904.

Desta forma, o futebol cresceu, mereceu e recebeu destaque no âmbito nacional. Conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988, o desporto nacional

relevou sua importância, de modo que foi reservado a ele uma seção especial, qual seja, o artigo 217, descrito no capítulo III, junto à Educação e Cultura, o qual colaciono o enunciado:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

Portanto, antes de adentrar no objetivo principal do presente trabalho monográfico, faz-se necessário conhecer a história e conceitos relevantes do Direito Desportivo. Porventura, esses elementos de compreensão serão de grande importância, visto que o futebol é um esporte antigo, mas que, ao longo do tempo, teve alterações tanto no seu modo dentro de campo quanto no seu modo extra campo. Desse modo, o primeiro capítulo terá como propósito descrever a evolução histórica das regras e das associações que fazem parte do futebol mundial e brasileiro, bem como os marcos históricos da profissionalização do atleta e do futebol.

Portanto, o desenvolvimento deste capítulo será por elementos de compreensão histórica que possibilitarão a maior amplitude de conhecimento acerca do Direito Desportivo.

2.1 Surgimento e evolução do futebol no Brasil e mundo

“Futebol é religião no Brasil porque o esporte se transformou em algo maior do que até mesmo ele tem capacidade de ser.” A frase dita pelo jornalista Erich Betting em seu blog “Negócios do Esporte”, no site UOL representa a égide sob a qual o futebol está inserido.

Assim, tem-se o esporte, de fato, como uma ferramenta poderosa que consegue unir pessoas e reduzir diferenças, sejam elas de classes ou de gênero.

No Brasil, o futebol tem como marco inicial o ano de 1884, através do paulista, filho de ingleses, Charles Miller:

O marco inicial da história do futebol brasileiro, contudo, se deu em 1884, com o regresso a São Paulo de Charles Miller, paulistano do Brás, filho de ingleses, que estudara na Inglaterra, onde aprendeu a jogar futebol na universidade, trazendo na bagagem as 17 regras do jogo, além de uma bola (NETO, 2010, p. 19).

No entanto, o futebol introduzido ao Brasil por Miller já era difundido na Europa, trazendo consigo um conjunto de regras e normas que padronizavam o jogo à época. Tal padronização se dava sob responsabilidade de um órgão: *International Football Association Board* (IFAB).

2.1.1 *International Football Association Board* (IFAB)

Na mesma tangente da universalização do futebol, surgiu a necessidade de criação de regras para esse esporte fosse padronizado. Nessa senda, Neto (2010, p. 17) ensina que “O futebol moderno, como concebido nos dias de hoje, tem **origem** inglesa, tendo sido criado no século XIX. Praticado em colégios e clubes ingleses, tinha regras que variavam muito, até que, em 1948, numa conferência em Cambridge, foi estabelecido um código único”.

O autor ainda continua mostrando um pouco mais acerca da criação desse código:

Em 26.10.1863, numa histórica reunião realizada à luz de velas na taberna *Freemason's*, localizada no bairro de *Great Queen Street*, em Londres, onze clubes e escolas debateram as regras do esporte. Era criada a *The Football Association*, entidade que daria forma definitiva ao jogo que viria a se tornar o mais popular do planeta (2010, p. 17).

No entanto, conforme Duarte (2000, p. 101), o futebol após 23 (vinte e três) anos da fundação da *The Football Association* (FA) teve outro marco importante para a sua padronização quanto a regra do jogo, quando da fundação da *International Football Association Board* (IFAB):

Atualmente, o futebol é um esporte mundial, com regras iguais para todos, mas, até chegar a isso, muita coisa aconteceu. O fato importante foi a fundação da *International Football Association Board*, em Londres, em 2 de junho de 1886. Ela era a única entidade responsável por manter, modificar e harmonizar as regras e continua sendo há mais de 100 anos de história.

Da mesma forma, Duarte (2000) corrobora dizendo que a história do futebol “moderno” começa a partir da fundação do *International Football Association Board* (IFAB), órgão esse responsável pelas Leis do Jogo.

Através do contido em seu site oficial, o IFAB (texto digital), relata a que a primeira reunião da entidade se deu em 2 de junho de 1886, em Londres, evento que contou com a participação de dois representantes das associações inglesa, irlandesa, escocesa e galesa, esses sendo países membros do Reino Unido. O IFAB logo se estabeleceu como o guardião das leis unidas do Jogo e, desde então, está sob sua égide a preservação, monitoramento, estudo e sua eventual alteração. Até hoje, as Leis do Jogo só podem ser alteradas pelo IFAB.

Mas quem delegou esse poder ao IFAB? Justamente a maior entidade de futebol mundial, responsável por diversos campeonatos oficiais, sendo o maior deles, a Copa do Mundo, disputada por seleções nacionais: a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA).

2.1.2 *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA)

Posteriormente à criação do IFAB e o estabelecimento da entidade como protetora das Leis do Jogo, “a FIFA era criada em 21 de maio de 1904, em Paris, sendo o órgão máximo do futebol mundial tendo como fundadores a França, Holanda, Bélgica, Suíça, Espanha, Dinamarca e Suécia” (NETO, 2010, p. 18). Os fundadores criaram os primeiros estatutos da FIFA, unificando as leis do jogo para torná-lo justo e claro para todos os jogadores estabelecendo as bases para todo o futuro desenvolvimento do futebol, conforme site oficial da própria entidade.

No entanto, como o futebol estava se tornando popular em nível mundial, os membros da FIFA reconheceram a necessidade de um conjunto uniforme de regras de jogo, assim como as associações inglesas já fizeram décadas antes. Dessa vez,

no entanto, já existia um corpo para desenhar as referidas regras. E assim a FIFA aceitou as Leis do Jogo, conforme estabelecido pelo site oficial do IFAB.

Portanto, o órgão responsável pelas normas do jogo e orientações administrativas do futebol é a *Fédération Internationale de Football Association*, sendo que as primeiras passam pela elaboração do IFAB e sua aprovação, enquanto a segunda fica a seu próprio e exclusivo critério de elaboração, sendo que essas orientações serão repassadas às suas entidades filiadas.

Como exemplo dessas orientações, temos o problema do presente trabalho; em se dando a publicação da Circular nº 1.464 pela FIFA, onde passa a ser incluído, no artigo 18ter do *Regulations on the Status and Transfer of Players* (RSTP), a proibição do *third-party ownership* (TPO) – “propriedade de terceiros” –, o qual trata dos direitos econômicos dos atletas de futebol profissional e a proibição de que terceiros, alheios a sua negociação, possam ter parte desses direitos, evitando a que o mercado do futebol seja “fatiado”, sendo esse assunto abordado de forma ampla e pontual posteriormente.

Ainda, a FIFA, que está estabelecida com sua sede em Zurique, na Suíça, possui 211 entidades de prática desportiva filiadas, sendo distribuídas em 6 (seis) confederações, para as quais a referida entidade passa orientações e recomendações, sendo as confederações internacionais, conforme extraído de seu site oficial:

a) *Confédération Africaine de Football* (CAF), que representa as 54 entidades africanas afiliadas a FIFA está sediada no Egito e possui como presidente Ahmad Ahmad, cuja nacionalidade é de Madagascar;

b) *Asian Football Confederation* (AFC), que representa 46 países asiáticos afiliados, tem sede na Malásia e tem como seu presidente Salman Bin Ebrahim Al Khalifa, nascido no Bahrein;

c) *Unión des Associations Européennes de Football* (UEFA), sendo a confederação de maior representatividade e maior números de entidade filiadas a FIFA, sendo elas o número de 55 entidades de prática desportiva. Com sede também na Suíça, a UEFA possui como presidente o Esloveno Aleksander Ceferin;

d) *The Confederation of North, Central America and Caribbean Association Football* (CONCACAF), tem como sede a cidade de Miami, no Estados Unidos da América. Possuindo 35 entidades de prática desportiva, a CONCACAF tem como presidente o canadense Victor Montagliani;

e) *Oceania Football Confederation* (OFC), a segunda confederação internacional com menos associações a FIFA, sendo eles 11 entidades, possui sua sede no país da Nova Zelândia e como presidente David Chung, nascido na Papua-Nova Guiné;

f) *Confederación Sudamericana de Fútbol* (CONMEBOL), por fim a menor confederação em numero de associações, tendo sua sede no Paraguai, mesma nacionalidade do presidente Alejandro Dominguez. Mesmo a CONMEBOL tendo apenas 10 (dez) entidades associadas a FIFA, sua importância a nível mundial, tanto para a história, quanto para a atualidade é notória. Para o presente trabalho, a CONMEBOL é muito importante, visto que uma de suas 10 (dez) entidades é a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

2.1.3 Confederação Brasileira de Futebol (CBF)

O futebol prazeroso que assistimos na televisão é apenas a “ponta do iceberg”, visto que para que tudo aconteça dentro de campo existem entidades que administram e regulamentam o futebol fora de campo. Como anteriormente visto, a FIFA tem responsabilidade pela administração do futebol em âmbito internacional, sendo que cada entidade filiada a ela possui suas responsabilidades dentro de seu país. No Brasil, temos duas entidades independentes que tem interesse comum: promover campeonatos de futebol no Brasil.

A primeira entidade é a Primeira Liga, uma entidade independente que foi criada em 2015, a qual tem sua definição em seu site oficial:

A Primeira Liga foi fundada em 10 de setembro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro, sendo uma “Associação”, nos termos artigo 5º, XVIII e XXI, e artigo 217, I, da Constituição Federal, dos artigos 44, I e 54 a 61 do Código Civil e dos artigos 16 e 20 da Lei 9.615/98.

Ela é formada por 18 clubes de futebol e foi constituída com o objetivo de organizar uma competição de futebol a ser disputada entre os seus membros, chamada de “Copa da Primeira Liga”.

São filiados à Primeira Liga: Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; Sport Club Internacional; Avaí Futebol Clube; Associação Chapecoense de Futebol; Criciúma Esporte Clube; Figueirense Futebol Clube; Joinville Esporte Clube; Paraná Clube; Clube Atlético Mineiro; Cruzeiro Esporte Clube; América Futebol Clube; Clube de Regatas do Flamengo; Fluminense Football Club; Ceará Sporting Club; Atlético Clube Goianiense, Londrina Esporte Clube; Luverdense Esporte Clube; Grêmio Esportivo Brasil (PRIMEIRA LIGA, texto digital).

Ocorre que no Brasil temos outra entidade que atua no futebol brasileiro há bastante tempo: a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

No entanto, a CBF antes de receber essa nomenclatura, teve outras denominações durante várias fases históricas, merecendo destaque a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), conforme conta Neto (2010, p.19):

Até o início da década de 30, o futebol brasileiro foi amador, e os atletas jogavam somente pelo prazer de jogar. Já haviam sido criadas a Federação Brasileira de Futebol, para gerir o futebol nacional, e a CBD, Confederação Brasileira de Desportos, para gestão de todos os esportes, entidades que terminariam por se fundir em 1937.

Assim, tendo em vista os ensinamentos de Neto (2010), há de se persistir no modo amador o qual era o futebol no período até a década de 30 e possuía disputas para a tomada do poder e controle das atividades desportivas. (AIDAR, 2003)

Nessa evolução, em 21 de junho de 1916 era criada a CBD:

O documento final desse encontro estabelecia a concordância de todos com a suspensão das atividades tanto da FBE quanto da FBF, substituídas pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), cuja diretoria viria a ser posteriormente constituída por assembleia geral das federações associadas (SARMENTO, 2006, p. 12).

Mesmo que sua filiação perante a FIFA só tenha ocorrido em 1923 (MARCONDES, 2016, p. 27), a CBD continuou a regular todos os desportos nacionais, além do futebol, sendo responsável pela que levou a Seleção Brasileira que foi campeã da Copa do Mundo por 3 (três) edições, nos anos de 1958, 1962 e 1970. Todas essas edições da competição são, até hoje, organizadas pela FIFA.

Portanto, a CBD era responsável pela organização do futebol até o ano de 1979, quando efetivamente foi criada a CBF:

Ainda em 1979, foram fundadas as federações nacionais especializadas de Futebol de Salão, Handebol, Ciclismo, Levantamento de Peso, Tênis de Mesa e Desportos Terrestres (Atletismo). Essas entidades, com estatutos

próprios e orçamentos consolidados, passaram a ter vida autônoma ao longo do ano, embora algumas mantivessem como sede o edifício da CBD, na rua da Alfândega. Completando o processo, em assembleia geral extraordinária realizada em 24 de setembro, foi deliberada a extinção das atividades da CBD e aprovado o estatuto da Confederação Brasileira de Futebol. Submetido à aprovação do CND, o documento foi homologado pelo ministro da Educação e Cultura, publicado no Diário Oficial da União e, finalmente, inscrito no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas no dia 23 de novembro de 1979. A partir dessa data, a CBF começou a existir oficialmente, sucedendo à CBD (SARMENTO, 2006, p. 145).

Atualmente, a CBF tem sede no Rio de Janeiro e possui como presidente o advogado Marco Polo Del Nero, sendo a entidade responsável pela organização da Copa do Brasil e do Campeonato Brasileiro, os dois maiores campeonatos do nosso país.

Com relação aos campeonatos estaduais, esses são de responsabilidade das federações de cada estado, sendo que no Rio Grande do Sul, por exemplo, todas as divisões do campeonato estadual são organizadas pela Federação Gaúcha de Futebol (FGF).

Portanto, a FIFA é a responsável por emitir orientações a cada uma de suas 211 (duzentas e onze) federações filiadas, sendo a CBF uma delas. Como exemplo, uma de suas orientações foi o que instigou o problema e a feitura do presente trabalho monográfico, especificamente a Circular nº 1.464/14.

O conteúdo dessa circular foi aprovado e recepcionado pela CBF, a qual incluiu a orientação no parágrafo único do artigo 10, de seu Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol (RNRTAF):

Art. 10 - Nenhum clube poderá ajustar ou firmar um contrato que permita a qualquer das partes, ou a terceiros, assumir uma posição em razão da qual influa em assuntos laborais e de transferências comprometendo a independência, as políticas internas ou a atuação desportiva do clube, em obediência ao art. 18bis do Regulamento sobre o Estatuto e a Transferência de Jogadores da FIFA e à legislação desportiva federal.

Parágrafo Único - Por força do art. 18ter do Regulamento sobre o Estatuto e a Transferência de Jogadores da FIFA, é vedado que um terceiro, tal como especificado na seção de Definições do referido Regulamento, obtenha o direito de participar, parcial ou integralmente, de um valor de transferência pagável em razão da futura transferência dos direitos de registro de um atleta de um clube para outro.

Indiscutivelmente a matéria veiculada no artigo 10, parágrafo único do RNRTAF, da CBF, e do artigo 18ter do RSTP, da Fédération Internationale de

Football Association, é de suma importância e bastante impactante no cenário do futebol, tendo em vista que tais preceitos alteram a realidade econômica de muitos clubes de futebol, principalmente em confederações de menor poder econômico, como o caso da CONMEBOL.

2.2 A historicidade da legislação desportiva no Brasil

Depois de explanado sobre os órgãos responsáveis pelo futebol no mundo e no Brasil, a saber, a FIFA e a CBF, respectivamente, necessário se faz avançar acerca da legislação desportiva no Brasil.

Como já exposto, mesmo que o futebol tenha sido trazido ao Brasil em 1884 por Charles Miller e a primeira federação reguladora do desporto se deu apenas em 1916, Decat (2008) aduz que a primeira legislação que tratou do desporto foi a criação do Conselho Nacional da Cultura, através do Decreto-Lei nº 526, de 1º de julho de 1938. No entanto, refere Neto (2010) que no ano de 1939 foi promulgado o Decreto-Lei nº 1.056/39, onde foi criada a Comissão Nacional de Desportos.

Mais além, em abril de 1941, foi promulgado o Decreto-Lei 3.199, no qual constou, no art. 15, I, a legalização da Confederação Brasileira de Desportos:

Art. 15 – Consideram-se, desde logo, constituídas, para todos os efeitos, as seguintes confederações:
I – Confederação Brasileira de Desportos

Há de se destacar que mesmo que tenha sido criada em 1916, a CBD teve sua base para organização do esporte no país através da publicação do decreto acima (TUBINO, 2002).

O Decreto teve vigência até a criação da Lei 6.251, no ano 1975, o qual revogou por completo a normativa de 1941, sob a justificativa clara de que o esporte brasileiro precisava de uma modernização (TUBINO, 2002).

Conforme Neto (2010), uma das grandes intervenções dessa nova lei ficou por conta da instituição da justiça desportiva, no art. 42, inciso III:

Art. 42. Compete ao Conselho Nacional de Desportos
[...]

III - propor ao Ministro da Educação e Cultura a expedição de normas referentes à manutenção da ordem desportiva e à organização da justiça e disciplina desportivas;

No entanto, foi no ano seguinte, em 1976, que o jogador de futebol passou a ser tratado como profissional com a promulgação da Lei 6.354, sendo conhecida como a “lei do passe”, a qual Brunoro (1997, p. 18) define:

O romantismo no futebol passou a ser substituído por uma consciência profissional mais séria, em 1976, quando a profissão de atleta profissional de futebol foi regulamentada pela Lei 6.354. Pela primeira vez na história do futebol brasileiro, todos jogadores profissionais passariam a ter carteira de trabalho e os benefícios da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como férias e FGTS.

Para Aidar (2003), essa lei veio dar à atividade do atleta profissional de futebol condições de trabalho mais razoáveis e adequadas, na medida que estabeleceu critérios mínimos que deveriam nortear essa relação.

Por outro lado, Marcondes (2016) descreve a Lei 6.251/75 como “a lei do passe”:

Quanto ao passe, a lei definiu este como a importância pecuniária devida por um empregador a outro pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou mesmo depois do seu término, exigida de acordo com as normas desportivas. Indicou que o atleta teria direito a parcela de, no mínimo, 15% de seu montante, valor devido pelo empregador cedente, mas sob a condição de que não tivesse dado causa a rescisão de contrato e não tivesse recebido qualquer importância a título de participação no passe nos últimos quatro anos.

O mesmo autor ensina que o atleta possuiria passe livre caso o clube encerrasse suas atividades profissionais, ou ainda ao completar trinta e dois anos de idade e tivesse prestado dez anos de serviço efetivo ao seu empregador.

Apesar da importância da lei citada acima, para Aidar (2003) sobreveio uma lei em 1993 que teria o intuito de revogar esse instituto do passe. Porém, para Marcondes (2016) esse instituto só foi revogado por completo anos mais tarde, com a lei 9.615/98.

Portanto, com o intuito de modernizar essa legislação desportiva, cumpre-se destacar e dissertar acerca de 2 (duas) importantes leis e marcos do direito desportiva no Brasil, quais sejam, as leis 8.672/93 e 9.615/98: A lei Zico e a Lei Pelé, respectivamente.

2.2.1 Lei nº 8.672/93 (Lei Zico)

Mesmo que o Brasil seja considerado popularmente o país do futebol e que a prática desportiva tenha surgido aqui no durante o período de colonização, Decat (2008) refere que a legislação desportiva “surge” quando da criação do Conselho Nacional de Cultura, inserido pelo Decreto-lei Nº 526, datado de 1º de julho de 1938.

Destarte, a legislação brasileira evoluiu, acompanhou os avanços e modernizações do esporte, passando pela Lei 6.354/76 e chegando à lei que será tratada de forma mais aprofundada nesse capítulo, a Lei Zico. Desse modo, em 6 de julho de 1993 foi promulgada a Lei nº 8.672, conhecida como Lei Zico.

Conforme destaca o professor Manoel Tubino (2002, p. 111):

O Secretário de Esportes Artur Coimbra (Zico), ao deixar o governo apresentou um projeto avançado, que na tramitação no Congresso Nacional recebeu várias emendas, modificando algumas partes do texto original. Finalmente, ao ser aprovado no Congresso e sancionado no dia 06/07/1993, recebeu o nº 8.672.

A lei destacada ficou popularmente conhecida como “Lei Zico”, como uma forma de homenagem ao ex-jogador de futebol Arthur Antunes Coimbra, conhecido mundialmente como Zico. Para Aidar (2003), a Lei 8.672/93 trouxe importantes novidades ao desporto brasileiro, tendo sido editada sob o governo de Itamar Franco e elaborada pelo então secretário de esportes “Zico”.

Acerca da Lei Zico, Delbin (2008) diz que ela renovou e inovou, em certo aspecto, o conceito de desporto no país, transformando o esporte em desporto educacional, de rendimento e de participação.

No entanto, o projeto de lei apresentado tinha como pontos principais: a) regulamentar as novas formas comerciais no futebol; b) determinar a participação do setor nas Loterias; c) revogar a “lei do passe” e apresentar uma alternativa de vínculo contratual aos atletas profissionais; d) redefinir mecanismos fiscalizadores, assim como a manutenção da autonomia de entidades esportivas e assegurar sua representatividade nos órgãos competentes (PRONI, 2000).

Por outro lado, a Lei Zico, não revogou por inteiro a Lei 6.354/76, e, com isso, o passe continuou vigente (MARCONDES, 2016).

Justamente quanto ao passe, Marcondes (2016, p. 31) demonstra como marco mundial o caso do jogador belga Jean Marc Bosmann:

Na Europa, as características do *passe* eram distintas em cada país, não havendo uniformidade. Mas em 1995, Jean Marc Bosmann, um jogador belga enfrentou o sistema da UEFA e FIFA, conseguindo a própria liberdade de locomoção e de livre trabalho, tornando tal preceito mundial.

Continua o autor a explicar os motivos de ser um marco mundial:

O Contrato de trabalho de Bosman com o clube RFC Lieja tinha vigência até 30 de junho de 1990. Após o término, para renovar seu contrato o clube ofereceu um valor quatro vezes menor ao ora recebido pelo jogador, o mínimo possível previsto por regulamento, e fixou seu passe em um valor exorbitante, com a clara finalidade de impedir a sequência de sua carreira (2016, p. 31).

Por outro lado, Favero (texto digital, 2008) complementa o caso marcante para a história da legislação desportiva em todo mundo:

Em julho de 1990, Bosman acertou com o US Dunkerque, da França. Assim, o time tentou o empréstimo do atleta com o RFC Liège por uma temporada, com possibilidade de compra no futuro, mas a equipe francesa não admitiu a cláusula de indenização proposta pelo clube belga. A negociação esfriou, o RFC Liège afastou Bosman e, sem poder trabalhar, o jogador entrou na Justiça. Já em novembro, um tribunal belga permitiu que Bosman jogasse no San Quirin, da terceira divisão francesa. E a situação continuou se arrastando pelos tribunais da Europa. No ano seguinte, em maio, o Tribunal de Apelação de Liège confirmou a sentença e mandou seu veredicto para o Tribunal de Justiça Europeu, para que fosse julgado de acordo com o Tratado de Roma. Bosman estava livre e poderia ir para outro clube (FAVERO, 2008, texto digital).

Diante desse marco de ampla veiculação no mundo, Marcondes (2016, p. 32) elucida que “em 1998 foi sancionada no Brasil a Lei 9.615, apelidada de Lei Pelé, a qual deu atenção especial ao desporto profissional e, principalmente, pondo fim ao passe e iniciando um novo profissionalismo no futebol brasileiro”.

2.2.2 Lei 9.615 (Lei Pelé) e suas alterações

Nos anos seguintes a promulgação da Lei Zico, houve uma grande demanda de procura dos atletas por melhores condições de trabalho. Essa busca constante

levou a necessidade de adaptações na Lei Zico para com a realidade do futebol a época de sua promulgação.

Com base nessa necessidade, no ano de 1998 foi promulgada a Lei nº. 9.615, conhecida como Lei Pelé. A lei recebeu esse nome devido a participação efetiva do então Ministro Extraordinário dos Esportes, o ex-jogador de futebol do Santos Futebol Clube, Cosmos e Seleção Brasileira, Edson Arantes do Nascimento, também conhecido como “Rei Pelé”, conjuntamente com Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (INDESP).

A Lei Pelé manteve os conceitos principais da Lei Zico, no entanto ela modificou detalhes, trazendo a materialização de algumas reivindicações, com destaque principal a extinção do “passe”, conforme aduz Aidar (2000, p. 25):

É evidente que a Lei 9.615/1998 (Lei Pelé) não poderia ser uma mudança radical da Lei 8.672/1993, pois ambas fazem parte do mesmo processo de transformação iniciado em 1985 e que ganhou força com a Constituição Federal de 1988. Desse modo, uma grande parte da Lei Zico, foi repetida na Lei Pelé, principalmente na parte inicial, que tratou dos conceitos, princípios e definições de referência. Por outro lado, a nova lei do esporte brasileiro diferenciou-se com algumas evoluções extremamente relevantes à lei anterior.

Delbin (2008, p. 19) ainda leciona acerca das benesses da constitucionalização do desporto:

A Lei Pelé fez parte do processo de evolução do desporto no país e, apesar de manter alguns conceitos e princípios da Lei Zico, culminou com importantes inovações no cenário desportivo brasileiro, trazendo os efeitos do caso “Bosman” ao nosso ordenamento jurídico, colocando fim ao instituto do “passe”, e trazendo ao esporte a liberdade ao trabalho, prevista expressamente na Constituição Federal.

Ainda que a Lei Pelé manteve o “corpo” da Lei Zico, Neto (2010) destaca as principais inovações trazidas pela Lei 9.615: a) Extinção da Lei do Passe para os contratos de trabalho firmados a partir de 26.03.2001; b) Criação de ligas de futebol independentes da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e das federações estaduais; c) Possibilidade de transformação dos clubes de futebol em empresas com fins lucrativos.

Ocorre que a Lei Pelé sofreu inúmeras alterações ao longo de seus quase 20 (vinte) anos de existência, tais como as alterações dadas pela Lei 12.395 de

2011, a qual determinou que qualquer contrato de gerenciamento de carreira de atleta menor de 18 (dezoito) anos seja nulo, ou até mesmo a alteração pela Lei 13.155 de 2015, na qual foram estabelecidas normas de responsabilidade fiscal, conhecida como o PROFUT.

No entanto, a alteração mais importante para o presente trabalho monográfico se deu com a alteração provocada pela lei 12.395/11:

A Lei Pelé foi novamente alterada em 2011, com a Lei 12.395, que além de dividir a cláusula penal em duas específicas, a cláusula indenizatória desportiva e a compensatória desportiva, absorveu os entendimentos da FIFA quanto a influência de terceiros na relação clube-jogador, com inserção de dispositivos para este fim (MARCONDES, 2016, p. 34).

Assim, conforme ensinamentos percebe-se que o futebol carece de regulamentação e atualização constante, tendo em vista o que o autor demonstra acima. Essa divisão entre cláusula compensatória e indenizatória desportiva será de suma importância para compreensão dos direitos econômicos, tendo em vista esse ser um vínculo criado em decorrência do vínculo federativo, correlacionado ao contrato de trabalho desportivo, o qual tem adiante seu especial tratamento.

3. CONTRATO E RELAÇÃO DE TRABALHO DE ATLETAS PROFISSIONAIS

O contrato individual de trabalho é necessário na relação de emprego podendo ele ser tácito ou expresso, conforme o art. 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Ocorre, entretanto, que a atividade laboral de atleta profissional possui suas particularidades, conforme será apresentado nesse capítulo. Como exemplo da especialidade, cita-se determinação temporal de validade e registro na federação competente. O preceito temporal, além de previsto em legislação desportiva específica, está inscrito no artigo 433, § 2º, “a”, da Consolidação das Leis do Trabalho:

Art. 443 - O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

(...)

§ 2º - O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando

a) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo;

Acontece que a CLT foi promulgada no ano de 1943, tendo ocorrido a partir daí um lapso temporal em que a relação de trabalho do atleta de futebol era regida exclusivamente pela CLT, até o ano de 1976, com a promulgação da Lei 6.354, a “Lei do Passe”.

No entanto, conforme delineamento histórico já apresentado nesse trabalho, a legislação trabalhista desportiva teve um marco importante, qual sendo, a promulgação da Lei Zico. A partir daí, “com o advento da Lei 9.615/98 (Lei Pelé), também regulamentando o contrato de trabalho dos atletas profissionais em geral, houve a revogação da Lei Zico” (OLIVEIRA, 2016, p. 49).

Assim, o presente capítulo trata de questões decorrentes do contrato e relação de trabalho profissional do atleta, bem como suas particularidades com base na legislação desportiva vigente, inclusive a determinação das cláusulas indenizatórias e compensatórias desportivas.

3.1 Atleta profissional e não profissional

No exame da relação de trabalho de atleta de futebol, imperioso iniciar uma diferenciando das duas categorias de atletas. Assim, há que se diferenciar e classificar os atletas como sendo profissionais e não profissionais.

Por conta do atleta não profissional, a Lei Pelé atribui como característica principal a inexistência de contrato de trabalho, enquanto o atleta profissional é caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e seu empregador, a qual só pode ser uma pessoa jurídica sob forma da entidade de prática desportiva. Essa previsão se depreende da leitura do art. 3º, § 1º incisos “I e II”, da Lei Pelé *in verbis*:

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

(...)

§ 1º O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;
II - de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio (BRASIL, 1998).

No entanto, o artigo 1º do Regulamento Nacional de Registro e Transferências de Atletas de Futebol (RNRTAF) da CBF traz outra definição quanto ao desdobramento das categorias profissionais e não profissionais de atletas:

Art. 1º - Os atletas de futebol no Brasil desdobram-se em duas categorias: profissionais e não profissionais.

§1º - É considerado profissional o atleta de futebol que exerce a sua atividade desportiva em cumprimento a um contrato formal de trabalho desportivo firmado e regularmente registrado na CBF com uma entidade de prática desportiva, doravante denominada clube.

§2º - É considerado não profissional o atleta de futebol que o pratica sem receber ou auferir remuneração, ou sem tirar proveito material em montante superior aos gastos efetuados com sua atividade futebolística, com exceção de eventual valor recebido a título de bolsa de aprendizagem avençada em um compromisso desportivo com o clube portador de Certificado de Clube Formador, sendo facultado, ainda, receber incentivos materiais e patrocínios.

Tanto da leitura da legislação federal, quanto do regulamento nacional de transferências, conseguimos extrair e classificar as duas categorias de atletas de futebol.

Sendo assim, nas palavras de Krieger (2003, p. 160), o atleta não profissional é aquele “que pratica qualquer das manifestações do desporto, sem perceber remuneração de nenhuma espécie, sendo-lhe permitido o recebimento de incentivos materiais e/ou de patrocínio, nos termos do art. 3º, parágrafo único, II, da LGSD”.

No entanto, apenas na categoria de atleta de futebol profissional conseguimos definir o valor econômico do atleta, tendo em vista serem valores decorrentes do contrato de trabalho. Nesse norte, o atleta profissional possuirá sua vinculação federativa necessariamente após o formal registro de seu contrato de trabalho, com o clube empregador, na federação correspondente, enquanto a vinculação econômica deriva das cláusulas contidas no contrato especial de trabalho do atleta e ela é a receita gerada com a transferência do atleta profissional (DANI, 2016).

Assim, para o desenvolvimento do presente trabalho monográfico, o atleta profissional merece destaque, visto que do contrato de trabalho podemos definir o valor econômico de cada atleta, sendo essa definição pertinente para a resposta do problema proposto no início.

3.2 Contrato de trabalho de atleta profissional

O contrato, por si só, é um negócio jurídico e possui natureza **no** direito civil. Sua definição, por Führer (2004, p. 37), se dá como “uma convenção estabelecida

por duas ou mais pessoas para constituir, regular ou extinguir entre elas uma relação jurídica patrimonial”.

Por outro lado, Martins (2003, p. 116) classifica o contrato de trabalho e as relações trabalhistas:

É o negócio jurídico entre uma pessoa física (empregado) e uma pessoa jurídica (empregador) sobre condições de trabalho. No conceito é indicado o gênero próximo, que é o negócio jurídico. A relação se forma entre empregado e empregador. O que se discute são condições de trabalho a serem aplicadas à relação entre empregado e empregador.

Ocorre que o contrato desportivo a ser abordado nesse capítulo não possui natureza civil, restringindo-se à natureza trabalhista das relações. Assim, cinge-se ao direito do trabalho, com aplicação subsidiária da Lei Pelé, contrato de trabalho do atleta profissional.

Portanto, o futebol, como já demonstrado, era um esporte amador sem regulamentação, inclusive nas relações trabalhistas. Nessa linha, Marcondes (2016, p. 50) conceitua o contrato de trabalho e as relações desportivas como:

O contrato, um negócio jurídico de direito privado, constituído por uma relação obrigacional complexa, estabelece os direitos e deveres e as condições da relação trabalhista e também desportiva das partes. O objeto principal do contrato é a prestação de serviços desportivos do empregado para o empregador mediante remuneração, em treinamentos, jogos amistosos e de competições. O objetivo comum é a busca do êxito desportivo, através de expressões físicas e técnicas.

Com o intuito de descrever a relação trabalhista desportiva profissional, Oliveira (2016, p. 54):

Será a presença dos elementos descritos nos art. 28 da Lei Pelé que demonstrará a existência de uma prestação de serviços a título profissional e, verificada tal natureza, haverá autorização para a análise dos elementos fáticos-jurídicos tradicionais para que, ao final, se qualifique uma relação como sendo ou não uma relação empregatícia.

Portanto, os elementos contidos no art. 28 da Lei Pelé são caracterizadores da relação de trabalho, conforme o *caput*:

Art. 28. A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

Mesmo que pautado em lei específica (Lei Pelé), Miguel (texto digital, 2014, p. 54/55) aduz que “na legislação brasileira o atleta profissional é regido pelas normas trabalhistas, mantendo vínculo trabalhista principal com a entidade de prática desportiva à qual é vinculado, bem como vínculo desportivo acessório”.

O pensamento do autor se depreende fielmente do enunciado do § 4º do art. 28 da Lei 9.615/98, sendo que o instrumento legal define a aplicação das normas ao atleta profissional:

§ 4º Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da Seguridade Social, ressalvadas as peculiaridades constantes desta Lei, especialmente as seguintes:

Assim Miguel (texto digital, 2014, p. 54/55) descreve as características que diferem o trabalhador comum ao atleta profissional de futebol:

A lei trata o contrato de trabalho desportivo como especial, e de fato o é. No direito desportivo vigora o princípio da especificidade do desporto, em razão da sua natureza peculiar, o que exige institutos próprios e específicos. Tal decorre do sujeito da prestação dos serviços, natureza da atividade e do local da prestação do serviço. Está-se a tratar de dom, habilidade, limitações físicas, superação, exibição ao público, com necessidade de treinos físicos, fisioterapia, acompanhamento médico diferenciado, viagens etc. A consequência desta especificidade é o reflexo direto nos deveres do atleta e a forma de incidência dos postulados justrabalhistas do poder diretivo do empregador e dos direitos do empregado.

O posicionamento do autor se depreende dos incisos do § 4º do art. 28 da Lei Pelé:

Art. 28 [...]

[...]

§ 4º [...]

I - se conveniente à entidade de prática desportiva, a concentração não poderá ser superior a 3 (três) dias consecutivos por semana, desde que esteja programada qualquer partida, prova ou equivalente, amistosa ou oficial, devendo o atleta ficar à disposição do empregador por ocasião da realização de competição fora da localidade onde tenha sua sede;

II - o prazo de concentração poderá ser ampliado, independentemente de qualquer pagamento adicional, quando o atleta estiver à disposição da entidade de administração do desporto;

III - acréscimos remuneratórios em razão de períodos de concentração, viagens, pré-temporada e participação do atleta em partida, prova ou equivalente, conforme previsão contratual;

IV - repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, preferentemente em dia subsequente à participação do atleta na partida, prova ou equivalente, quando realizada no final de semana;

V - férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, acrescidas do abono de férias, coincidentes com o recesso das atividades desportivas; (BRASIL, 1988).

Portanto, o atleta de futebol profissional é um trabalhador assalariado, como outro qualquer, tendo como diferencial na relação de trabalho os incisos acima descritos.

Contudo, além das características da relação trabalhista, Oliveira (2016) destaca outras 3 (três) particularidades que apenas o contrato de trabalho desportivo tem: forma, registro e prazo determinado:

a) Forma: Oliveira (2016, p. 54) diz que “trata-se de um contrato necessariamente formal (...)”. Assim, enquanto o contrato individual de trabalho comum, regido pela CLT, em seu artigo 442 define que o acordo laboral pode ser tácito ou expresso, o artigo 8º do RSTP da FIFA prevê que o jogador profissional é aquele que possui um contrato escrito com uma entidade de prática desportiva.

Ainda, o contrato de trabalho do atleta profissional é formal e solene, podendo ser assinado a partir dos 16 (dezesesseis) anos de idade, conforme se denota na medida dos arts. 28 e 29, §6º da Lei Pelé, sendo que o último, *in verbis*:

Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com ele, a partir de 16 (dezesesseis) anos de idade, o primeiro contrato especial de trabalho desportivo, cujo prazo não poderá ser superior a 5 (cinco) anos (BRASIL, 2017).

b) Registro: segundo Marcondes (2016, p. 58) “o contrato de jogador de futebol só produz efeitos desportivos com o reconhecimento deste pelo sistema federativo da FIFA”.

No entanto, além do registro internacional, a CBF adota a mesma linha, ao indicar no art. 6º, § 2º do RNRTAF a necessidade de registro do contrato, sendo que a regularização do atleta só se torna efetiva após a publicação do registro do contrato através de seu Boletim Informativo Diário (BID). Marcondes (2016) destaca que esse contrato devidamente registrado passa a receber a nomenclatura de contrato federativo.

c) Prazo determinado: embora a CLT preveja faculdade da formalização do contrato de trabalho convencionada a período determinado conforme no seu art. 433, a Lei 9.615/98 determina que o contrato desportivo tenha um lapso

temporal, com data de início e determinação de fim, obedecendo aos limites temporais, quais sejam mínimo de 3 (três) meses e no máximo 5 (cinco) anos, conforme art.30 da Lei Pelé.

Contudo, há uma divergência entre as normas da CBF e FIFA com relação ao período do contrato de um atleta profissional menor de 18 (dezoito) anos. A CBF retifica, em partes, o período de contrato nos moldes como acima citado, no art. 7º. do RNRTAF, no entanto no parágrafo único a entidade brasileira se submete ao entendimento do art. 18.2 do RSTP da FIFA quando houver litígio submetido à *Court of Arbitration for Sport* (CAS), também conhecida como *Tribunal Arbitral du Sport* (TAS), *in verbis*:

Art. 7º - O contrato especial de trabalho desportivo, facultado a partir de 16 (dezesesseis) anos de idade, terá prazo determinado com duração mínima de 3 (três) meses e máxima de 5 (cinco) anos.

Parágrafo Único - Os atletas menores de 18 (dezoito) anos poderão firmar contrato com a duração estabelecida no caput deste artigo amparado na legislação nacional, mas, em caso de litígio submetido a órgão da FIFA, 8 somente serão considerados os 3 (três) primeiros anos em atendimento ao art. 18.2 do Regulamento sobre o Estatuto e a Transferência de Jogadores da FIFA (CBF, texto digital, 2017).

Em assim sendo, o contrato de trabalho é elemento essencial na relação desportiva-trabalhista do jogador de futebol profissional, devendo esse conter elementos especiais, sob forma de que relata o art. 28, § 4º da Lei Pelé.

Entretanto, uma característica importante do contrato de trabalho do atleta profissional se dá no seu período de registro e vigência. Ocorre, portanto, que para o trabalhador comum existe uma faculdade de convencionar um período laboral fixado, enquanto que para o atleta profissional existe a obrigatoriedade de estabelecimento desse prazo determinado, sendo que ao final do período ocorre naturalmente a extinção contratual.

3.3 Extinção contratual

A extinção contratual é a forma que o atleta e o clube empregador deixam de ter vínculo. No caso do direito desportivo que aqui abordado, as partes deixam de ter vínculo profissional, podendo ser essa extinção normal ou anormal, conforme as possibilidades contidas no arts. 28, §5 e 31 da Lei Pelé (OLIVEIRA, 2016).

Por outro lado, importante destacar as observações de Neto (2010, p. 136) por conta das modalidades de extinção do contrato:

O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol pode ser extinto pelo simples advento de seu termo inicial, por acordo entre as partes, por rescisão unilateral de uma das partes, ou mesmo por justa causa.

Desta forma, as delimitações das características da extinção - seja normal ou anormal - do contrato de trabalho desportivo estão expressas nos incisos do art. 28, § 5º da Lei Pelé:

Art. 28 [...]

[...]

§ 5º O vínculo desportivo do atleta com a entidade de prática desportiva contratante constitui-se com o registro do contrato especial de trabalho desportivo na entidade de administração do desporto, tendo natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais:

I - com o término da vigência do contrato ou o seu distrato;

II - com o pagamento da cláusula indenizatória desportiva ou da cláusula compensatória desportiva;

III - com a rescisão decorrente do inadimplemento salarial, de responsabilidade da entidade de prática desportiva empregadora, nos termos desta Lei;

IV - com a rescisão indireta, nas demais hipóteses previstas na legislação trabalhista; e

V - com a dispensa imotivada do atleta (BRASIL, 1998).

De outra banda, Marcondes (2016, p. 73) salienta que nem todos os tipos existentes de extinção da relação de trabalho entre clube e jogador geram onerosidade às partes como o caso da extinção pelo término regular do contrato:

A relação firmada por contrato de prazo certo tem por comum seu término apenas na data prevista para o fim da vigência do contrato. Qualifica-se esta como extinção normal, extinção pelo curso natural que, em regra, não gera proventos. Por conseguinte, sendo diametralmente oposta, a quebra antecipada do contrato, a termo será incomum, qualificando-se como uma extinção anormal que poderá gerar proventos.

Assim, a extinção normal do contrato de trabalho deve ser feita em uma análise conjunta do art. 30 da Lei Pelé, segundo o qual “o contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos”.

Por conta disso, a primeira possibilidade de extinção contratual trazida pela referida lei se delimita com o término do prazo regular do contrato ou distrato.

Nessa senda, o contrato de trabalho será extinto de forma normal, medida em que o prazo de sua vigência se reduzir a termo, oportunidade na qual o atleta terá a possibilidade de levantar os valores referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), receberá as férias vigentes, bem como as proporcionais, ficando, porém, sem o direito de ser indenizado com a cláusula compensatória desportiva.

Neto (2010, p. 136) complementa:

No que se refere, primeiramente, à extinção do contrato por advento do seu termo final, ou *dies ad quem*, importante salientar que os contratos firmados a partir do dia 26.03.2001, quando se extinguirem em decorrência do lapso temporal, implicarão a extinção concomitante do vínculo desportivo, o chamado passe, diferente do que ocorre nos contratos firmados anteriormente a esta data.

Por outro lado, apesar do contrato laboral desportivo ter prazo determinado, conforme Marcondes (2016), é possível que ocorra a extinção antecipada do contrato, ao passo que os incisos II, III, IV e V do artigo no art. 28, §5º, da Lei Pelé, sendo essas alternativas denominadas de extinção anormal do contrato.

De tal modo, o contrato desportivo pode ser encerrado de forma anormal, delimitado nas hipóteses levantadas no parágrafo acima, sendo que esse poderá ser extinto por motivação de qualquer uma das partes.

3.3.1 Extinção contratual unilateral por parte do clube

A relação trabalhista gera deveres e obrigações às partes. No caso do clube, que também é nomeado como entidade de prática desportiva, os seus deveres gerais encontram-se na CLT, na qual é equiparado a empresa, mas também no art. 34 da Lei Pelé (OLIVEIRA, 2016, p. 100).

Assim o art. 34 do referido instrumento legal delimita os deveres do clube:

Art. 34. São deveres da entidade de prática desportiva empregadora, em especial:

- I - registrar o contrato especial de trabalho desportivo do atleta profissional na entidade de administração da respectiva modalidade desportiva;
- II - proporcionar aos atletas profissionais as condições necessárias à participação nas competições desportivas, treinos e outras atividades preparatórias ou instrumentais;

III - submeter os atletas profissionais aos exames médicos e clínicos necessários à prática desportiva (BRASIL, 1998).

Portanto, para o clube poder cobrar de seus atletas uma boa conduta, ele deve seguir normas especificadas em lei, com o intuito de harmonizar a relação de trabalho, mesmo que subordinada.

Quando a entidade de prática desportiva não seguir os seus deveres, dando causa a uma das modalidades de extinção contratual descrita nos incisos do § 5º, do art. 28 da Lei Pelé, o contrato de trabalho poderá ser extinto de 3 (três) formas:

A extinção antecipada da relação contratual por parte do clube, que caracteriza a unilateralidade da quebra, pode representar um simples exercício de vontade, uma rescisão imotivada, ou pode ocorrer por um inadimplemento contratual de sua parte (MARCONDES, 2016, p. 77).

Continua o autor (2016, p. 77) deliberando acerca do exercício de vontade “Quando o clube, simplesmente, manifestar a vontade de não mais contar com o jogador em seu elenco, e extinguir os vínculos existentes, trabalhista e desportivo, será uma rescisão imotivada”.

Nessa linha, se destaca o inadimplemento contratual, descrita no art. 28, § 5º, III e também no caput do art. 31 da Lei Pelé:

Art. 28 [...]

[...]

III - com a rescisão decorrente do inadimplemento salarial, de responsabilidade da entidade de prática desportiva empregadora, nos termos desta Lei;

Art. 31. A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário ou de contrato de direito de imagem de atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três meses, terá o contrato especial de trabalho desportivo daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para transferir-se para qualquer outra entidade de prática desportiva de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a cláusula compensatória desportiva e os haveres devidos (BRASIL, 1998).

A regra prevista no artigo acima, alterada pela Lei 12.395/11, é a modalidade de rescisão contratual indireta, conforme prevê o inciso IV do art. 28 da Lei Pelé, e nas hipóteses do art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

Art. 483 - O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;

- b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;
- c) correr perigo manifesto de mal considerável;
- d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;
- e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;
- f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários (BRASIL, 1943).

Oliveira (2016, p. 106) ainda aduz que em relação ao empregador, a grande “razão ensejadora de justa causa, tendo em vista a realidade fática vivida pelas entidades de prática desportiva nos dias de hoje, é a mora contumaz dos salários de seus atletas”.

Corroborando, a rescisão indireta é caracterizada como:

Nos termos do art. 31 da Lei nº 9.615/98, o atleta pode postular a resolução culposa do contrato quando o empregador ou o cessionário estiver em atraso com o pagamento do salário, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três meses. A mora contumaz abrange o FGTS, as contribuições previdenciárias, as gratificações, os prêmios e as demais parcelas incluídas no contrato (§ 2º) e permite ao atleta inclusive se transferir para outra agremiação (BELMONTE, 2010, p. 93).

Dessa forma, além de todas as hipóteses de rescisão indireta, previstas na CLT, a mora injustificada de todo, ou parte, da remuneração mensal recebida, por 3 (três) meses, conforme caput do art. 31 da Lei Pelé, dá ensejo a essa forma de extinção contratual.

3.3.2 Extinção contratual antecipada por parte do atleta

A extinção contratual motivada por parte do atleta é mais simplificada, possuindo, portanto, possui menos peculiaridades e menos hipóteses do que por parte do clube:

A simples manifestação de vontade do jogador pela quebra antecipada de contrato para a transição a outro clube configura o exercício de um direito deste empregado, pois ninguém é obrigado a trabalhar para quem não quer. Entretanto, em que pese seja o exercício de um direito, dará vida a pretensão indenizatória ao clube (MARCONDES, 2016, p. 80).

Num primeiro momento, destaca-se a justa causa por parte do atleta, oportunidade na qual ele deu causa indireta a extinção. A Lei 6.354/76 previa a extinção, por justa causa, do contrato de trabalho, em seu art. 20:

Art. 20: Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho e eliminação do futebol nacional:
 I – ato de improbidade;
 II – grave incontinência de conduta;
 III – condenação a pena de reclusão, superior a 2 (dois) anos, transitado em julgado;
 IV – eliminação imposta pela direção máxima do futebol nacional ou internacional. (BRASIL, 1976)

Ocorre que essa lei foi revogada expressamente pela Lei 12.395/11 e na legislação desportiva não há previsão legal para a justa causa. Portanto, o rol taxativo da atribuição legal do artigo 482 da CLT é utilizado para deliberar acerca dessa matéria.

Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:
 a) ato de improbidade;
 b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
 c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
 d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
 e) desídia no desempenho das respectivas funções;
 f) embriaguez habitual ou em serviço;
 g) violação de segredo da empresa;
 h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
 i) abandono de emprego;
 j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
 k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
 l) prática constante de jogos de azar (BRASIL, 1943).

Nesse sentido se posiciona Oliveira (2016, p. 106):

A demissão por justa causa do empregado é causada por ato grave praticado pelo próprio atleta, de modo que a rescisão contratual acarretará prejuízos econômicos diretos à entidade de prática desportiva, já que encerrará o vínculo mantido.

O autor continua dizendo que “essa linha, até por uma questão de isonomia com a hipótese de rescisão contratual por justa causa do empregador, que gera

direito ao atleta de receber a cláusula compensatória prevista no contrato” (2016, p. 106).

Por outro lado, Marcondes (2016, p. 81) entende “não ser devido o pagamento da cláusula indenizatória ao clube lesado, mas acreditamos ser devido e justo o pagamento de uma indenização proporcional aos prejuízos esportivos e patrimoniais efetivos”.

De outro lado, pode se dizer que o jogador deu causa à extinção antecipada do contrato, quando da oportunidade de transferência à outra entidade de prática desportiva:

Assim, em caso de transferência durante a vigência do contrato de trabalho do atleta profissional a entidade de prática desportiva empregadora terá direito ao recebimento do valor previsto na cláusula indenizatória, de acordo com os ditames legais, sem que isso se configure o chamado “passe” (OLIVEIRA, 2016, p. 94).

Desta forma, a rescisão unilateral do contrato gera um direito para uma parte e uma obrigação para a outra. No caso da extinção antecipada, tanto por parte do clube quanto por parte do atleta, enseja uma pretensão indenizatória, fazendo jus às cláusulas indenizatórias e compensatórias desportivas, incluídas na Lei Pelé através da alteração dada pela lei 12.395/11.

3.3.3 Cláusula indenizatória e compensatória desportiva

As cláusulas indenizatória e compensatória desportivas são cláusulas de rescisão do contrato de trabalho e elas “surgiram como aprimoramento e em substituição da cláusula penal desportiva. No intuito de solver o problema do reiterado dissenso jurídico entre a unilateralidade e bilateralidade da antiga cláusula penal desportiva, essas cláusulas regulam a rescisão do contrato trabalhista dos atletas” (Rafael Ramos, texto digital).

Anteriormente, o art. 28, § 3º da Lei Pelé delimitava o valor e a incidência de uma cláusula penal. No entanto, a incidência dessa cláusula onerava apenas o atleta, caso ele optasse por rescindir o contrato de trabalho.

No entanto, a Lei 12.395/11 alterou a redação do referido dispositivo e instituiu a cláusula compensatória e cláusula indenizatória desportiva, conforme art. 28, incisos I e II, *in verbis*:

Art. 28. A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

I - cláusula indenizatória desportiva, devida exclusivamente à entidade de prática desportiva à qual está vinculado o atleta, nas seguintes hipóteses:

II - cláusula compensatória desportiva, devida pela entidade de prática desportiva ao atleta, nas hipóteses dos incisos III a V do § 5º (BRASIL, 1998).

Sendo assim, a cláusula indenizatória desportiva é definida como substituta da cláusula penal, sendo ela, portanto, devida exclusivamente ao clube (MARCONDES, 2016).

Marcondes (2016, p. 71) ainda delimita as hipóteses em que será devida a cláusula:

A lei Pelé menciona a obrigatoriedade do contrato de trabalho desportivo prever a cláusula indenizatória desportiva, e disciplina que será devida exclusivamente ao clube que perder o jogador. Delimita ainda as hipóteses em que será devida a cláusula, quais sejam: na transferência do jogador para outro clube do Brasil ou do exterior na vigência do contrato laboral; ou também, no retorno do jogador ao futebol com atuação por outro clube, após trinta meses da extinção de seu contrato.

Contudo, a cláusula indenizatória possui limitação de valor, descrita no § 1º do art. 28 da Lei Pelé, podendo ele ser livremente pactuado até um limite de 2.000 (duas mil) vezes o salário médio contratual para transferências nacionais (inciso I) e inexistindo limitação para transferências internacionais (inciso II).

Essa limitação, por força de lei, obrigou a CBF a tomar a precaução e descrever em seu RNRTAF essas mesmas limitações, orientando os clubes ao proceder ao registro dos contratos de trabalho de seus atletas, contida no art. 8º, inciso I:

Art. 8º - A cláusula indenizatória desportiva ajustada entre atleta e clube se destina a atender aos princípios de cumprimento obrigatório do contrato e pagamento de indenização em caso de rescisão sem causa justificada (Art. 17.1 e 2 do Regulamento sobre o Estatuto e Transferência de Jogadores da FIFA) e submete-se às seguintes diretrizes fixadas na legislação nacional:

I) o valor máximo da cláusula indenizatória desportiva pactuada, quando se tratar de transferência nacional, será de 2.000 (duas mil) vezes o valor médio do salário contratual;

O mesmo artigo, em seu inciso II, traz a previsão das transferências internacionais:

II) o valor máximo da cláusula indenizatória desportiva pactuada, quando se tratar de transferência internacional, será ilimitado, mas deverá ser quantificado no momento da celebração do contrato especial de trabalho desportivo.

Resta destacar a solidariedade no pagamento da cláusula, extraída do art. 28, § 2º da Lei Pelé:

Outra novidade introduzida pela Lei n. 12.395/11 no art. 28, § 2º, da Lei Pelé foi a responsabilidade solidária no pagamento da cláusula indenizatória desportiva entre terceiro aliciante/assediador (clubes empregadores terceiros) que, conjugalmente com o atleta empregado, provoca a ruptura do contrato de trabalho desportivo com o atual clube empregador na intenção de contratá-lo "(Rafael Ramos, texto digital).

Por outro viés, com relação à cláusula compensatória desportiva, essa é devida exclusivamente ao jogador por conta do rompimento antecipado de seu contrato de trabalho desportivo.

Marcondes (2016) salienta que a cláusula compensatória desportiva foi instituída para disciplinar a extinção unilateral do contrato por conta do clube, sendo ela devida exclusivamente ao atleta que teve seu contrato rescindido. A cláusula é devida exclusivamente pelo clube ao jogador.

Por conta dos valores, o art. 28, § 3º, da Lei Pelé prevê o limite máximo e mínimo do pactuado, como segue:

Art. 28. [...]

[...]

§ 3º O valor da cláusula compensatória desportiva a que se refere o inciso II do caput deste artigo será livremente pactuado entre as partes e formalizado no contrato especial de trabalho desportivo, observando-se, como limite máximo, 400 (quatrocentas) vezes o valor do salário mensal no momento da rescisão e, como limite mínimo, o valor total de salários mensais a que teria direito o atleta até o término do referido contrato (BRASIL, 2017).

Por fim, Rafael Ramos (texto digital), destaca que a cláusula compensatória desportiva é instrumento jurídico que deve ser usado em favor dos jogadores por incumprimento contratual desmotivado dos clubes, como em casos de despedida sem justa causa.

4 SOLUÇÃO PARA A VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO DOS DIREITOS ECONÔMICOS DOS ATLETAS PROFISSIONAIS

A venda de um atleta para outro clube, na verdade, trata-se de sua cessão em definitivo, sendo rescindido o contrato de trabalho com o clube empregador com o devido pagamento da indenização por transferência (MARCONDES, 2016)

Para que esse mesmo atleta possa assinar contrato de trabalho com outro clube, não poderá ter vínculo federativo com clube diverso.

Como já visto, no contrato de trabalho deverá conter expressamente a remuneração mensal do atleta, devendo a partir dessa declaração expressa definido seu valor econômico em até 2.000 (duas mil) vezes o salário médio mensal do atleta para transferências nacionais e sem qualquer limitação para transferências internacionais. Portanto, a fonte do direito econômico dos atletas profissionais advém da cláusula de rescisão indenizatória (artigo 28, inciso da Lei Pelé), declarada expressamente no contrato de trabalho.

Como o direito econômico se tornou uma grande fonte de negócio no mundo do futebol, fazendo girarem cifras astronômicas, a FIFA, após estudos de impacto no futebol mundial, emitiu a Circular 1.464/14, alterando os artigos *18bis* e *18ter* do RSTP.

O conteúdo da circular consiste em que terceiros, alheios à negociação do atleta, não podem ter participação nos direitos econômicos, visto que esse terceiro

poderia interferir diretamente na liberdade tratada entre empregador e empregado. A parte pertencente a esse terceiro é nomeada como “*third party ownership*” (TPO).

Portanto, o presente capítulo irá versar sobre os motivos da proibição do TPO, definida pela Circular 1.464/14 da FIFA, bem como sobre a eventual possibilidade e/ou solução jurídica para validar o negócio jurídico do direito econômico.

4.1 Circular nº 1.464 da FIFA e seu acolhimento pela CBF

A FIFA é uma organização sem fins lucrativos, com base na Lei da Suíça e com sede em Zurique. Por essas atribuições, a FIFA não tem poder legislativo, fazendo com que seus regulamentos sejam alterados por decisões meramente internas e apenas são enviadas recomendações para cada uma de suas 211 (duzentas e onze) entidades filiadas através de Cartas, ou Ofícios, Circulares (ou simplesmente circulares).

Meireles (2016, p. 209) conceitua e classifica as circulares como “ordens escritas, de caráter uniforme, expedidas a determinados funcionários ou agentes administrativos incumbidos de certo serviço, ou desempenho de certas atribuições em circunstâncias especiais”.

Portanto, as circulares são ordens emitidas simultaneamente a vários destinatários, sendo, portanto, uma correspondência multidirecional. A FIFA, conforme visto, possui 211 outras confederações nacionais filiadas e, portanto, para elas que são destinadas as ordens emitidas nas cartas circulares.

Para tanto, dentro da entidade existem *Comisiones permanentes* (Comitês Permanentes) que preparam estudos para serem apresentados no Congresso da entidade, sendo que estas comissões possuem atribuições como:

Nueve comisiones permanentes de la FIFA reportan al Consejo de la FIFA, asesorando y apoyando al Consejo en sus respectivos ámbitos de actuación. La composición y estructura, incluyendo la cualificación y número de miembros que cumplan los criterios de independencia así como las tareas específicas y potestades de las comisiones individuales, serán estipuladas por los Reglamentos de Gobierno de la FIFA (FIFA, texto digital).

As comissões permanentes são: *Comisión de desarrollo, Comisión de Grupos de Interés Del Fútbol, Comisión de Medicina, Comisión Organizadora de Competiciones de La FIFA, Comisión de Árbitros, Comisión de Finanzas, Comisión de Gobernanza y Comisión de Control, Comisión de Federaciones Membro e Comisión de Estatuto Del Jugador*, sendo essa última a destacar:

La Comisión del Estatuto del Jugador se ocupa fundamentalmente de supervisar el cumplimiento del Reglamento sobre el Estatuto y la Transferencia de Jugadores y determina el estatuto de los jugadores en diversas competiciones de la FIFA. Su competencia jurisdiccional se establece en el Reglamento sobre el Estatuto y la Transferencia de Jugadores. Las decisiones pertinentes se publican en FIFA.com (para conocer más detalles, consúltense el Reglamento sobre el Estatuto y la Transferencia de Jugadores y las reglas que rigen los procedimientos de la Comisión del Estatuto del Jugador de la FIFA y la Cámara de Resolución de Disputas) (FIFA, texto digital).

Portanto, *Comisión de Estatuto Del Jugador* tem papel fundamental na FIFA, visto que compete a ela a fiscalização do cumprimento do RSTP, objeto importante da circular 1.464.

Entretanto, mesmo que as comissões permanentes tenham suas atividades voltadas aos estudos preventivos e fiscalização de cumprimento de ordens, não compete a ela decidir sobre qualquer assunto relacionado ao futebol.

Abre-se espaço para relacionar que ocorreram mudanças significativas. Todas as decisões eram tomadas nos Congressos Ordinários, realizados de ano em ano, ou em Congressos Extraordinários, os quais, para terem validade, deveriam contar sempre com $\frac{3}{4}$ de todas as federações filiadas. Ainda assim, após todos os assuntos debatidos nos congressos, o poder de aprovar as decisões competia ao Comitê Executivo, até então, o principal comitê da entidade que contava com um poder desproporcional a qualquer outro comitê.

No entanto, o estatuto da FIFA sofreu importantes alterações no ano 2016. Assim, até a realização do Congresso Extraordinário realizado naquele ano em Zurique, na Suíça, as decisões importantes da FIFA eram tomadas pelo Comitê Executivo, tendo a partir desse evento sido excluído o referido comitê e substituído um conjunto de reformas estatutárias da entidade (FIFA, texto digital).

Sendo assim, o legado de uma de suas últimas medidas, o extinto Comitê Executivo emitiu a Carta Circular 1.464, no ano de 2014 decidindo sobre a proibição do TPO:

Como vocês já sabem, em sua reunião de 25 e 26 de setembro de 2014, o Comitê Executivo da FIFA tomou uma decisão de princípio geral sobre como regular a proibição de propriedade dos direitos econômicos dos jogadores por terceiros (TPO). Além disso, o Comitê Executivo solicitou ao grupo de trabalho criado após o 64º Congresso da FIFA de junho deste ano elaborar o regulamento técnico, conforme estipulado em seu mandato original. Neste contexto, temos o prazer de informá-lo de que, na sua reunião de 18 e 19 de dezembro de 2014, o Comitê Executivo da FIFA aprovou as novas disposições sobre TPO e sobre a influência de terceiros em clubes a serem incluídos no Regulamento sobre o Estatuto e Transferência de Jogadores. Para sua informação, os artigos 18 bis e 18 ter dos regulamentos serão anexados. Também informamos que o regulamento também incluirá a definição do termo “terceiro” que também está anexado a esta circular (FIFA/VALKE, texto digital, 2014, tradução livre).

Nessa senda, segue a redação alterada dos artigos *18bis* e *18 ter* do *Regulations on the Status and Transfer of Players*, onde a proibição pode ser encontrada em seus incisos I (tradução livre):

18bis A influência de terceiros nos clubes:

Inciso I: Nenhum clube deve celebrar um contrato que permita que o contra-clube / contador clubes e vice-versa, ou qualquer terceiro para adquirir a capacidade de influenciar em questões relacionadas com o emprego e as transferências, sua independência, suas políticas ou a desempenho de suas equipe. 18ter Propriedade de terceiros dos direitos econômicos dos jogadores:

Inciso I: Nenhum clube ou jogador deve celebrar um acordo com um terceiro em que um terceiro tem o direito de participar, total ou parcialmente, em compensação devida em relação à transferência futura de um jogador de um clube para outro, ou está sendo designado qualquer direito em relação a uma transferência futura ou compensação de transferência (FIFA, 2016, texto digital).

Importante ainda destacar que, antes da entrada em vigor da proibição referida nos artigos supracitados, foi determinado um período vacante de adaptação às entidades, entrando em vigor apenas no dia 01 de maio de 2015, conforme artigo 18ter, inciso 2º, do RSTP.

Portanto, com o já conhecimento dos motivos e conteúdo da Circular 1.464/14 da FIFA que proibiu o TPO e alterou os artigos *18bis* e *18ter* do *Regulations on the Status and Transfer of Players*, a CBF seguiu as recomendações e alterou o seu Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol incluindo no artigo 10, parágrafo único, a proibição;

Art. 10 - Nenhum clube poderá ajustar ou firmar um contrato que permita a qualquer das partes, ou a terceiros, assumir uma posição em razão da qual influa em assuntos laborais e de transferências comprometendo a independência, as políticas internas ou a atuação desportiva do clube, em obediência ao art. 18bis do Regulamento sobre o Estatuto e a Transferência de Jogadores da FIFA e à legislação desportiva federal.

Parágrafo Único - Por força do art. 18ter do Regulamento sobre o Estatuto e a Transferência de Jogadores da FIFA, é vedado que um terceiro, tal como especificado na seção de Definições do referido Regulamento, obtenha o direito de participar, parcial ou integralmente, de um valor de transferência pagável em razão da futura transferência dos direitos de registro de um atleta de um clube para outro (CBF, 2017, texto digital).

Deste modo, o TPO proibido pela FIFA e seguido na mesma linha pela CBF, prejudica o negócio jurídico do direito econômico, fazendo-se necessário um estudo aprofundado da matéria.

4.2 Direito econômico x Direito federativo

Como visto nos tópicos iniciais desse capítulo, a circular 1.464 da FIFA proibiu que terceiros tivessem participação nos direitos econômicos dos atletas, visto a proibição do TPO. Entretanto, necessário ainda fazer um estudo acerca do direito econômico e qual sua natureza, diferindo do direito federativo.

Para Silva (texto digital, 2017) os direitos oriundos dos atletas profissionais podem ser divididos em federativos e econômicos:

Na actualidade, reconhece-se a titularidade de “direitos” de um clube que registe um contrato de trabalho desportivo de um jogador de futebol na entidade federativa competente, os quais se podem dividir entre “direitos federativos” (aqueles que se relacionam com a autorização concedida ao jogador para a prática desportiva) e os “direitos económicos” (aqueles que podem gerar um lucro futuro no caso de existir uma transferência do jogador).

Igualmente, Souza (2011, texto digital) segue: “os “direitos econômicos” representam a receita gerada com a rescisão unilateral do contrato de trabalho por parte do atleta, via de regra, motivados pela transferência a outro clube”.

O mesmo autor continua dizendo que o direito econômico resulta, portanto, da cessão onerosa do contrato federativo, gerador do direito federativo.

Entretanto, o contrato de trabalho do atleta é indivisível, não sendo possível ele flexibilizar a sua jornada de trabalho, devendo prestar serviços com a mesma finalidade somente a um mesmo clube, qual seja, ao que ele estiver federado.

Sabe-se, portanto, que os direitos econômicos tem sua origem derivada do direito federativo, o qual não pode ser dividido. Ainda assim, com relação ao direito federativo, Dani (2016, p. 49/50):

Os direitos federativos de um atleta de futebol podem ser considerados como acessório do contrato de trabalho desportivo vigente do jogador. Trata-se de um acessório do contrato de trabalho desportivo e está umbilicalmente ligado a este, não podendo ser fracionado entre vários detentores.

[...]

Portanto, os direitos federativos podem ser conceituados como o direito o direito do clube empregador (seja o empregador definitivo ou temporário) de registrar um atleta profissional perante a Federação Nacional da qual faça parte, com o intuito da participação do atleta em competição desportiva organizada ou reconhecida por aquela Federação, sendo tal direito acessório ao contrato de trabalho desportivo.

Na mesma senda, Amorim (texto digital, 2014) ensina:

É o direito que a entidade desportiva/clube possui de registrar o atleta na Federação como vinculado a ela. Esse direito nasce com a celebração do contrato de trabalho entre o clube e o praticante desportivo e é acessório ao pacto laboral. Assim sendo, uma vez rescindido ou terminado o contrato de trabalho desportivo, extingue-se o direito federativo. É relevante ressaltar que os direitos federativos serão sempre 100% (cem por cento) da agremiação na qual o atleta está registrado no momento. Dessa forma, podemos concluir que os mesmos não poderão ser parcialmente cedidos.

Portanto, é visto que o direito federativo está exclusivamente ligado ao contrato desportivo do atleta, com seu devido registro na entidade federativa. Após esse registro, o contrato e o atleta passam a ser federados e, após a publicação dessas informações no Boletim Informativo Diário (BID) da CBF, será determinada a sua condição legal de jogo.

Por outro lado, mesmo que oriundo do contrato federativo, o direito econômico é um direito desvinculado. Em termos gerais, os direitos econômicos podem ser divididos, diferente do direito federativo que é de propriedade exclusiva do clube federado onde o atleta possui o seu registro publicado no BID.

Assim, pode se dizer que direito federativo será sempre de propriedade exclusiva da entidade de prática desportiva, enquanto o direito econômico pode ser

comercializado por uma mera liberalidade do clube onde o atleta tem contrato de trabalho (MARCONDES, 2016).

Por outro lado, os direitos econômicos podem ser conceituados como segue:

Logo, conceituamos os *Direitos Econômicos de jogadores profissionais de futebol* como os condicionais direitos à prestação de indenização, pela extinção antecipada unilateral do contrato laboral desportivo sem justa causa por parte do jogador, e de compensação, para a *cessão em definitivo* do contrato do labor desportivo somado ao contrato de transferência ou para a *cessão por empréstimo* (suspensão do labor desportivo somada ao contrato de transferência), visando à transferência, direitos capazes de gerar benefícios econômicos (MARCONDES, 2016, p. 118).

O jurista português Silva (2017, texto digital) conceitua de forma mais contundente:

Os “direitos económicos” são aqueles que se assumem particularmente apetecíveis para captar investidores (regra geral fundos de investimento). Por um lado, a alienação daqueles permite aos clubes, particularmente aqueles com menos recursos económicos quando comparados com as potências clubísticas do futebol mundial, a possibilidade de contratar jogadores de elevado “valor” desportivo e que, nessa medida, seriam inalcançáveis em termos económicos. Por outro lado, na óptica do investidor, a aquisição destes direitos económicos pode potencialmente gerar no futuro, com uma transferência do jogador adquirido pelo clube, uma mais-valia económica muito rentável.

Portanto, os direitos econômicos configuram a expressão pecuniária que viabilizam a transferência de atletas profissionais, podendo ser por uma rescisão, com o pagamento da cláusula indenizatória desportiva ou pela cessão definitiva consensual. (DANI, 2016).

Com relação ao pagamento da cláusula indenizatória, que se converte em direito pecuniário, o clube para qual o atleta deseja se transferir se torna solidário ao pagamento da mesma (MARCONDES, 2016).

Amorim (2014, texto digital) ainda complementa:

O direito econômico é a receita gerada com a transferência do atleta profissional e são decorrentes da cessão onerosa (temporária ou definitiva) do direito federativo.

Após essa análise comparativa de direito econômico x direito federativo, resta claro que os direitos econômicos de um jogador podem ser cedidos a outros proprietários, enquanto o direito federativo é único e indivisível (DANI, 2016).

Contudo, Marcondes, (2016, p. 147) ensina que:

O negócio dos Direitos Econômicos entre clube e jogador é vedado pela Lex Sportiva. Portanto, ambas as partes do negócio ficam sujeitas à sanção desportiva. Todavia, quanto à validade jurídica, a priori, respeitados os pressupostos legais civis, o negócio será válido.

Portanto, diante da diferenciação e possibilidade ou não de divisão de direitos federativos e econômicos, há de se concluir que um é assessorio do outro: se não existe vínculo federativo, logo não há possibilidade de existir vínculo econômico.

4.3 Third party ownership (TPO) no Brasil e no mundo

O futebol é um esporte praticado dentro de campo, porém é notório que muito envolve a prática no extra campo. Por conta dessa intervenção “alega-se que a presença do terceiro como parte da titularidade de direitos econômicos poderá influir no jogo, em diversos casos, bem como ser uma porta entreaberta para que se pudesse, com mais facilidade, usar o esporte para lavagem de dinheiro” **(JORDÃO, texto digital, 2015).**

Consoante ao conceito, a FIFA traz nas considerações iniciais do RSTP, a definição de terceiro no item 14:

Para os fins deste regulamento, os termos abaixo são definidos como segue:

[...]

14: Terceiro: uma parte diferente dos dois clubes que envolvidos na transferência do jogador de um para o outro, ou qualquer clube anterior, com o qual o jogador foi registrado (FIFA, 2016, texto digital).

No Brasil, a CBF é a responsável pelo Regulamento Nacional de Registro e Transferências de Atletas Profissionais (RNRTAF). Ocorre que logo após a publicação da circular condizente a proibição do TPO, a entidade brasileira publicou um novo RNRTAF em 2015, que trazia a definição de terceiro no art. 66, §1:

Art. 66 – Constitui exigência indispensável para a efetivação de transferência nacional ou internacional a anexação de declaração conjunta firmada pelo atleta e pelo clube cessionário de quem nenhum terceiro, pessoa física ou jurídica, detém a propriedade, total, ou parcial, dos direitos econômicos dos atletas, nos termos do art. 18^{ter} do Regulamento sobre a condição e Transferência de Jogadores da FIFA.

§1º - Para efeito deste artigo, entende-se como terceiro quaisquer outras partes que não sejam os dois clubes participantes da transferência do atleta ou qualquer outro clube ao qual o atleta tenha sido registrado anteriormente (CBF/BRASIL, texto digital, 2015).

No entanto, essa definição expressa recebeu críticas, visto a sua imprecisão e contradição entre o parágrafo e o *caput*:

A redação do parágrafo primeiro do art. 66 do RNRTAF tem aparente contradição com o *caput* do artigo e demais normas federativas. O *caput* expressa aos clubes e também aos jogadores a vedação de pactuar contrato com *terceiros*, aparentemente excluindo os jogadores deste *hall*, porém o parágrafo versa que apenas os clubes envolvidos em uma transferência, ou clubes anteriores do jogador, não são considerados *terceiros* (MARCONDES, 2016, p. 141).

Visto essa inconsistência e abertura para dubiedade, a CBF alterou o RNRTAF no ano de 2017 limitando-se, no parágrafo único do art. 10, a dizer que o “terceiro seria o definido no item 14 das considerações iniciais do RSTP da FIFA” (CBF/BRASIL, texto digital, 2017).

Considerando todo conteúdo da Circular 1.464 que a FIFA emitiu no ano de 2014, a proibição do *third party ownership* é o que norteia este trabalho monográfico.

Portanto, Oliveira (2014, p. 431) conceitua o *third party ownership* (TPO) como:

O TPO (*third party ownership*) é a propriedade, no todo ou em parte, dos direitos econômicos de um jogador, por parte de terceiros, que podem ser representados por entidades privadas, bancos, sociedades ou fundos de investimentos, dentre outras.

A FIFA trás a definição através do item 14 das prévias definições do RSTP, atribuindo o terceiro como sendo um clube que não seja os dois que estiverem na negociação do atleta, ou qualquer outro clube no qual o jogador tenha sido registrado.

Ao passo que a FIFA proíbe o TPO, os clubes tendem a diminuir o seu poder aquisitivo, uma vez que o capital utilizado nas transações de atletas se daria por conta dos investidores. Esse investidor, como já visto, é considerado como *third party*, o terceiro.

Um caso notório de grande destaque mundial é o do atleta Gabriel Jesus. O atleta era profissional no Palmeiras, portanto tinha seu vínculo federativo pertencente ao clube paulista. A multa rescisória (cláusula indenizatória desportiva) para transferências internacionais do atleta era de €40 milhões de euros, entretanto, seus direitos econômicos estavam fatiados entre vários terceiros: 47,5% (quarenta e sete vírgula cinco) pertencentes à CR Sports; 22,5% (vinte e dois por cento) pertencentes à Fabio Caran; além de 30% (trinta por cento) pertencentes ao Palmeiras (GLOBO, 2017, texto digital).

Ocorre que o atleta foi negociado com o Manchester City da Inglaterra por € 32,7 milhões de euros, visto que é uma liberalidade do clube negociar a quebra de contrato abaixo do valor de indenização desportiva, por 100% (cem por cento) de seus direitos de registro (federativos) e econômicos.

Como o atleta renovou seu contrato no ano de 2014, portanto antes da emissão da circular da FIFA, os terceiros receberam os valores correspondentes ao seu TPO, dentro da legalidade. No entanto, se a transação fosse feita nos dias atuais, o Palmeiras estaria infringindo a regulamentação dos artigos 18**bis** e 18**ter** do RSTP, sendo passível de punição pela entidade.

Portanto, visto que a proibição é recente, o estudo carece de jurisprudência, existindo apenas um caso no mundo inteiro que foi alvo de punição pelo descumprimento das novas regras: o *Royal Football Club Seraing*.

4.4 Caso *Royal Football Club Seraing*

De início, cumpre destacar a legalidade da FIFA para controlar e disciplinar os assuntos pertinentes aos seus regulamentos. Com precisão às novas proibições referidas, o inciso I do art. 18**bis** e inciso VI do art. 18**ter** do RSTP, possibilitam à Comissão Disciplinar da FIFA impor medidas disciplinares em clubes e jogadores que não cumprirem com as obrigações estipuladas nos referidos artigos. Destacando, porém, que o disposto no art. 18**bis** poderão ser imposta medidas apenas contra os clubes. (FIFA, 2016, texto digital, tradução livre).

Assim, o assunto pertinente a proibição do TPO é recente, tendo em vista que a circular da FIFA foi emitida em 2014, com validação a partir de maio de 2015. Portanto, visto o curto tempo que essa ordem encontra-se em vigor, o assunto carece de doutrinas e casos jurisprudenciais.

Nessa linha, podemos dizer que a sanção pelo descumprimento das novas regras da proibição do TPO possui um caso emblemático, que serve como marco dessa matéria: o caso do clube belga *Royal Football Club Seraing*.

RFC Seraing é uma associação sem fins lucrativos de direito belga, sediada em Seraing, na Bélgica, sendo um clube de futebol pertencente à *Union Royale Belge des sociétés de Football-Association* (URBSFA). A URBSFA, por sua vez é filiada a UEFA, portanto sendo submetida aos regulamentos da FIFA.

O *RFC Seraing* foi punido pelo Comitê Disciplinar da FIFA. No entanto, as decisões do comitê não são públicas, sendo elas emitidas apenas às partes envolvidas. O clube belga, por sua vez recorreu ao TAS pelo fato de ter comercializado o TPO com a empresa maltesa *Doyen Sports Investment Limited*, conforme segue os fatos descritos na decisão do TAS:

O RFC Seraing e a empresa maltesa Doyen Sports Investment Limited ("Doyen") celebrou um Contrato de Propriedade de Terceiros ("TPO") intitulado "Acordo de Cooperação", fornecendo, entre outros, que o Clube transfere para Doyenn os direitos econômicos de três jogadores nomeados contra o pagamento da Doyenn Sports de 300 mil euros em três parcelas, a última em fevereiro de 2016. Nos termos do Acordo de Cooperação, a Dean Sports torna-se proprietária de 30% do retorno financeiro decorrente dos direitos federativos desses três jogadores (TAS, 2017, texto digital, tradução livre).

Conforme referido acima, as decisões do Comitê Disciplinar da FIFA não são públicas, em contrapartida, os julgamentos dos recursos do *Tribunal Arbitral du Sport* tem efeito público. Portanto, são extraídos deste julgamento os dispositivos, os quais levaram o *RFC Seraing* a ser punido por violação aos art. 18bis e 18ter do RSTP da FIFA:

3 - O RFC Seraing está proibido de registrar jogadores, tanto a nível nacional registro internacional, durante os quatro (4) períodos de registro, completo e na sequência da notificação da presente decisão. 4 - O RFC SERAING é condenado a pagar uma multa de CHF 150.000,00. (cento e cinquenta mil francos suíços) [...] (TAS, 2017, apud FIFA, 2015).

Entretanto, o clube belga recorreu da decisão da FIFA ao TAS sob os argumentos de que eram ilegais os dispositivos dos artigos *18bis* e *18ter* do *Regulations on the Status and Transfer of Players* perante a lei suíça e regulamento da união europeia, e que a proibição de contratação por 4 (quatro) períodos de transferências, bem como a multa de CHF 150.000,00 (cento e cinquenta mil francos suíços) são completamente desproporcionais, solicitando a substituição por outra pena que satisfaça o princípio da proporcionalidade, como alternativa caso o clube não seja absolvido. (TAS, 2017, texto digital, tradução livre).

O recurso impetrado foi aceito pelo TAS, eis que tempestivo visto que apresentado 21 (vinte e um) dias após a comunicação às partes, conforme artigo 67 do Estatuto Geral da FIFA.

No entanto, o recurso foi parcialmente provido, como segue decisão do TAS:

O TAS, que governa de forma contraditória:

1. Admite parcialmente o recurso interposto pelo RFC Seraing contra Decisão do Comitê de Recurso da FIFA, modificando o o ponto 3 desta decisão da seguinte forma:

É proibido ao clube RFC Seraing registrar jogadores, tanto em nacional e internacionalmente, durante três (3) períodos de registro, completo e consecutivo, após a notificação deste laudo arbitral.

2. Confirme a decisão impugnada pelo restante.

3. (...).

4. (...).

5. Rejeita todas as outras conclusões (TAS, 2017, texto digital, tradução livre).

Conforme se verifica, o TAS valida a punição imposta pela FIFA ao RFC Seraing, modificando apenas o período de restrição à inscrição de novos jogadores, reduzindo este de 4 (quatro) para 3 (três) janelas de transferências.

Ocorre, portanto, que com essa decisão, tanto da FIFA, quando sua confirmação perante o TAS, temos um marco no extra campo do futebol. Semelhante ao Caso Bosmann, conforme já demonstrado no presente trabalho monográfico, abre-se espaço para que os países possam regulamentar os fundamentos da Circular 1.464 da FIFA e legislar quanto à proibição do TPO, com o intuito de cada vez mais proteger o fator dentro de campo do futebol.

4.5 Negócio jurídico do direito econômico

O futebol, como já preconizado, evolui constantemente fora de campo. Consequentemente, carece de inúmeras adaptações legislativas quanto à matéria desportiva, perante a lei cível e lei desportiva, especificamente.

O presente trabalho monográfico teve como intuito, esmiuçar a Circular 1.464 emitida pela FIFA a qual proibiu o TPO, sob argumento de evitar cada vez mais a interferência de fora nas ações de dentro de campo. Diante disso, resta analisar a possibilidade de comercialização dos direitos econômicos abrangidos pelo TPO.

Assim, apesar do marco promovido pelo RFC Seraing, a comercialização dos direitos econômicos de atletas profissionais sempre foi uma prática comum entre clubes, atletas e empresários, visto ser uma modalidade de negócio jurídico:

Negócio jurídico é um ato ou uma pluralidade de atos, entre si relacionados, quer sejam de uma ou de várias pessoas, que tem por fim produzir efeitos jurídicos, modificações nas relações jurídicas no âmbito do Direito Privado (GONÇALVES, 2014, p. 320).

Questiona-se, porém, qual a ilegalidade desse negócio jurídico, passível de ser punível apenas por regulamentos desportivos e não pela lei cível.

Visto todos os argumentos expostos no presente trabalho, resta demonstrado que o direito econômico cinge-se a uma expectativa de crédito futuro. Portanto, o objetivo do negócio jurídico é obter lucro através dos rendimentos do contrato de trabalho do atleta profissional em caso de cessão onerosa à outra entidade de prática desportiva:

A comercialização dos *Direitos Econômicos* tem traços comuns em todo o mercado mundial do futebol. A finalidade principal de comercializar estes direitos, ainda que as causas sejam as mais variadas possíveis, é obter lucro. A negociação dos *Direitos Econômicos* no mercado, habitualmente, ocorre no mesmo momento da formação do contrato de labor desportivo, ou ainda, dentro dos primeiros anos deste (MARCONDES, 2016, p. 119).

Ademais, imperioso ressaltar que o negócio jurídico segue a forma escrita contratual, requerendo para a sua validade os requisitos do art. 104 do Código Civil,

quais sendo: a) agente capaz; b) objeto lícito, possível, determinado ou determinável; c) forma prescrita ou não defesa em lei (DINIZ, 2014, p. 35).

Na mesma linha, a comercialização dos direitos econômicos também devem seguir os requisitos de validade, atendendo ainda aos princípios gerais do direito, os princípios contratuais liberais e princípios sociais do contrato (MARCONDES, 2016).

Atrelado à validade, como visto anteriormente, o contrato desportivo de comercialização de direitos econômicos de atletas profissionais é uma modalidade de cessão de crédito, condicionado à objeto determinável: rendimento de rescisão antecipada de contrato de trabalho por parte do atleta, ou seja, com o pagamento ao clube da cláusula indenizatória desportiva.

Com relação à Cessão de Crédito, Führer (2004, p. 25) diz que todos os “créditos podem ser cedidos, exceto aqueles em que não cabe a cessão, em virtude de sua natureza, da lei ou de convenção (art. 286). Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor (art. 296)”.

Por outro lado, Tartuce (2012, p. 380) conceitua a cessão de crédito, como forma de negócio jurídico:

A cessão de crédito pode ser conceituada como um negócio jurídico bilateral ou sinalagmático, gratuito ou oneroso, pelo qual o credor, sujeito ativo de uma obrigação, transfere a outrem, no todo ou em parte, a sua posição na relação obrigacional. Aquele que realiza a cessão a outrem é denominado cedente. A pessoa que recebe o direito do credor é o cessionário, enquanto o devedor é denominado cedido.

Assim, preconiza o art. 286 do código civil que autoriza a cessão de crédito, tornando possível a obrigação de cessão de direitos econômicos, em virtude de preenchidos os requisitos de validade do negócio jurídico:

Art. 286. O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação (BRASIL, 2002).

Portanto, a cessão de crédito que satisfaz à cessão dos direitos econômicos, trata de uma obrigação futura, podendo ela ser devida ou não, visto ser um contrato de risco, sendo, portanto, validada pela legislação civil brasileira.

Por outro lado, com a determinação da FIFA, nos regulamentos internacionais e nacionais, esta modalidade de cessão de créditos, oriundo de direito econômico proveniente de atletas profissionais é vedada. Para tanto, voltamos ao caso de *RFC Seraing*:

O Clube FC SERAING é considerado culpado de violações do art. 18bis das Regulamento e Status de Transferência de Jogadores da FIFA, por celebrar contratos que permitem que um terceiro adquira no âmbito de trabalho o direito de influenciar na independência e a política do clube, nas transferências dos jogadores.

RFC Seraing é considerado culpado de violações do art. 18ter do Regulamento e Status de Transferência de Jogadores da FIFA por celebrar acordos com um terceiro que permite que este tenha direito a uma indenização a ser paga em conexão com a futura transferência de certos jogadores e a concessão de direitos em relação a uma transferência ou uma indenização de transferência futura, entre outros, como parte da transferência jogador X. (instrução TMS 116143) (TAS, 2017, apud FIFA, 2015, tradução livre).

No entanto, reitera-se a atribuição da FIFA como sendo uma fundação regida pelas leis suíças, portanto, sem força legislativa.

No Brasil, a legislação não proíbe a cessão de crédito futuros, validando esses créditos como oriundos do contrato de risco:

A aquisição ou manutenção de um percentual dos direitos econômicos do atleta profissional de futebol não deixa de ser um contrato de risco, pois a remuneração deste tipo de investimento depende uma futura transferência durante a vigência do contrato de trabalho desportivo que pode vir a ocorrer ou não (DANI, 2016, p. 52).

Igualmente, autoriza o Código Civil a cessão de crédito futuro, condicionado a uma expectativa, nos termos do já visto artigo 286.

Entretanto, Marcondes (2016, p. 149) diz que “claramente a *Lex Sportiva* restringe a transmissão dos Direitos Econômicos, entretanto os limites não são, e nem deveriam ser, extensivos a todo e qualquer negócio do âmbito civil”.

Assim, perfazendo todos os pressupostos de validade (artigo 104 do CC), o negócio jurídico dos direitos econômicos trata-se, na verdade, de uma cessão de créditos futuros oriundo de contrato de risco. Portanto, a cessão do TPO é vedada perante a *Lex sportiva*. No entanto, perante a legislação cível, não se pode concluir se o objeto (artigo. 104, II, CC) é lícito, visto que ele é determinado ou determinável.

Desse modo, com base nas naturezas civil e desportiva, o negócio dos Direitos Econômicos entre clube e jogador é vedado pela *Lex Sportiva*, enquanto o negócio dos Direitos Econômicos entre clubes, mesmo os antigos que o jogador tenha sido registrado, não tem vedação na legislação desportiva. Marcondes (2016).

Em assim sendo, resta inconclusiva a classificação perante a licitude da cessão de crédito oriunda dos direitos econômicos para terceiros, visto que a recente alteração dos regulamentos nacionais e internacionais provocadas pela circular 1.464, carece de casos jurisprudenciais. Portanto, não se faz possível a distinção se há alguma possibilidade de que seja feita a comercialização desses direitos sobre os atletas profissionais através de cessão de crédito para terceiros, o *third party owenship*.

5 CONCLUSÃO

De início, o trabalho monográfico realizado na área desportiva, com análise aos estatutos da FIFA, CBF e legislações econômicas dos atletas e clubes, se mostrou uma gratificante dificuldade. No mesmo momento em que a realização do presente se deu dificultada visto a pouca doutrina especializada e dedicada ao direito desportivo, serviu também para majorar o aumento do gosto quanto a esta matéria que envolve as paixões: esporte e direito.

O mundo do futebol é apaixonante. Atrelado a essa paixão, são inúmeros os casos de terceiros que interferem na esteira do desporto, seja dentro de campo ou fora dele. Diariamente verificam-se casos que colocam a transparência do futebol sob suspeita, em vista de inúmeros casos de corrupção e ilegalidades. Tais delitos revelam a necessidade de adaptações legislativas de forma iminentes, ante o desenvolvimento e o crescimento econômico que paira sobre esse esporte de enorme fascínio.

Com o intuito de pacificar e evitar cada vez mais a interferência de terceiros no mundo do futebol, a FIFA preparou estudos técnicos para se qualificar esses efeitos. Nesse contexto, em 2014 a entidade internacional disponibilizou a cada uma de suas 211 (duzentas e onze) confederações filiadas Carta Circular 1.464, onde proibia a participação de terceiros nos direitos econômicos de atletas profissionais de futebol. O conteúdo dessa circular foi decidido pelo Comitê Executivo, o qual foi

extinto no Congresso Extraordinário do ano de 2016, realizado em Zurique na Suíça, após suspeitas de corrupção no alto escalão do setor.

A proibição do TPO trouxe inúmeros debates no mundo inteiro, principalmente porque a comercialização dos direitos econômicos era uma forma que clubes menores conseguiam receitas através de seu ativo, para poder se “manter ativas” no mercado de transferências, contando, portanto, com um maior poder aquisitivo.

Como consequência, houve a inclusão dessa restrição nos arts. 18*bis* e 18*ter* do RSTP da FIFA, e também houve a recepção dessa normativa pela CBF a qual incluiu o art. 10 no RNTAF no ano de 2017. Essa inclusão colocou em debate o poder legislativo da FIFA, sendo, portanto feita análise quanto a legalidade das normas perante a legislação cível brasileira.

Posteriormente a sua criação, assim como acontece com qualquer novidade legislativa, instaurou-se a discussão acerca do poder legislativo da FIFA legalidade da norma no âmbito cível, tendo em vista que os regulamentos ferem o princípio da vontade das partes no direito contratual.

Assim, esta monografia ocupou-se em apresentar, no primeiro capítulo do desenvolvimento, noções o futebol quanto a sua prática e suas regras, as quais são ainda alteradas ou retificadas pelo IFAB. Após foi introduzido no presente trabalho monográfico o estudo sobre as 211 (duzentas e onze) entidades filiadas a FIFA, bem como sobre a sua funcionalidade quanto a organização do futebol internacional. Seguindo nessa linha, foi conhecido sobre a CBF, onde foi delineado sobre sua criação e atribuições até hoje. Depois, foi apresentada a evolução legislativa da matéria desportiva, desde o decreto 1.056/39, o qual criou a Comissão Nacional de Desportos e passando pela Lei que foi um marco no âmbito desportivo brasileiro, a Lei Pelé, esclarecendo inclusive os motivos que levaram as suas alterações.

O segundo capítulo buscou explanar o Direito Contratual no ordenamento jurídico brasileiro, explicando sua evolução histórica até a contemporânea conceituação da disciplina. Ainda, consolidou-se a aplicação das especialidades contidas na Lei Pelé sob a aplicação da matéria trabalhista desportiva.

Posteriormente foi feito um estudo das formas contratuais, bem como suas modalidades de extinção. Das formas de extinção, pode-se ressaltar a obrigação de indenizar quando ocorre a sua forma anormal, podendo ela ser tanto por parte da entidade de prática desportiva ou por parte do atleta. Porém, o foco principal deposita-se sobre as incidências das cláusulas de extinção, quando da extinção anormal do contrato, principalmente nas cláusulas indenizatórias e compensatórias desportivas.

Por fim, no terceiro e último capítulo, analisou-se a (i)legalidade do objeto da cessão de crédito de direitos econômicos de atletas profissionais. Assim, inicialmente foi explanado sobre o conteúdo da Circular 1.464/14, disponibilizada pela FIFA a cada uma de suas entidades filiadas, corroborando a proibição do TPO. Em seguida, foi feita a exposição dos direitos oriundos dos atletas profissionais, quais sejam os federativos econômicos, bem como sobre as formas de se constituir cada um deles. Continuando, o capítulo definiu o que pode ser considerado o TPO no Brasil e no mundo e ainda explanou acerca do caso do clube RFC Seraing, punido pela comercialização dos direitos econômicos. Em último momento, foi analisada a efetividade da circular e ainda feita a análise acerca da possibilidade de validar o negócio jurídico do direito econômico, sob ótica das legislações desportivas e civis, com enfoque no objeto da cessão. Nesse contexto, foram trazidas para o estudo, correntes doutrinárias divergentes, e que cada uma delas se amparou em princípios constitucionais para demonstrar a (in)constitucionalidade do artigo. Desta maneira, conferiu-se que a tese que sustentava sua inconstitucionalidade tem razão em suas apreciações.

Diante da análise do problema proposto para este estudo - A legislação desportiva não permite a comercialização do TPO, tendo em vista a o conteúdo da Circular 1.464/14 da FIFA. Contudo, a legislação cível permite que seja feita a cessão de créditos futuros oriundo de contrato de risco. Assim, ante a (i)legalidade do objeto do negócio jurídico, existem alternativas para validar o negócio da cessão de direito econômico de atletas profissionais para terceiro? – não pode se tirar a conclusão precisa da hipótese inicial levantada para tal questionamento, qual seria que a vedação do TPO pela legislação desportiva não tem possibilidade de

inviabilizar o negócio jurídico da cessão de crédito oriundo de direito econômico, quando balizado pelo ordenamento cível.

O único caso mundial de punição pelo TPO é o do clube belga, *RFC Seraing*. O clube belga foi punido desportivamente pela FIFA em primeira instância e em segunda instância pelo TAS, onde o clube foi condenado ao pagamento de CHF 150.000,00. (cento e cinquenta mil francos suíços) e proibido de contratar por 3 (três) janelas de transferências. Ocorre que essa punição se deu apenas perante o cenário desportivo internacional, não tendo nenhuma repercussão na validade cível do negócio jurídico.

Ainda, fundamentado nos exames feitos a partir das discussões doutrinárias, não se pode chegar à conclusão pacífica quanto à matéria, visto que o tema proposto tem pouco material bibliográfico e doutrinário, haja vista ser baseado em uma normativa de 2014 que passou a ter validade apenas em 2015. Diante das razões expostas, ainda não há nenhuma jurisprudência no mundo inteiro que discutiu a cessão de crédito do TPO, pelo rito do ordenamento jurídico cível. Deste modo, essa novidade no mundo desportivo mostrou-se cada vez mais interessante de se aprofundar nos estudos, a fim de que consolidar a matéria desportiva na sociedade.

Portanto, as apreciações só poderão ser confirmadas na medida em que tivermos decisões dos tribunais (desportivos e civis) analisando acontecimentos concretos.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Carlos Miguel Castex. **Direito Desportivo**. Campinas: Editora Jurídica Mizumo, 2000.

_____. **Curso de Direito Desportivo**. São Paulo: ícone, 2003.

AMORIM, Múcio Borges de Pina. **Velasco, Velasco & Simonini Advogados**. Direitos Federativos versus Direitos Econômicos. Disponível em: <<http://www.vvs.adv.br/artigos-juridicos/direitos-federativos-versus-direitos-economicos>>. Acesso em 29 set 2016.

BELMONTE, Alexandre de Souza Agra. Direito desportivo, Justiça desportiva e principais aspectos jurídico-trabalhistas da relação de trabalho do atleta profissional. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://portal2.trt1o.gov.br:7777/pls/portal/docs/PAGE/GRPPORTALTRT/PAGINAPRINCIPAL/JURISPRUDENCIA_NOVA/REVISTAS%20TRT-RJ/047/REVISTA%20TRIBUNAL%20REGIONAL%20%20DO%20TRABALHO%20DA%201%C2%AA%20REGI%C3%83O%20N%2047/DIREITO%20DESPORTIVO.PDF>. Acesso em: setembro de 2017.

BEM, Leonardo Schmitt de; RAMOS, Rafael Teixeira. **Direito Desportivo – Tributo a Marcílio Krieger**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998. **Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615Compilada.htm>. Acesso em: 01 out. 2016.

_____. Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. **Vade mecum AOB e concursos**: obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Juliana Nicoletti. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRUNORO, José Carlos; AFIF, Antonio. **Futebol 100% Profissional**. São Paulo: Gente, 1997.

CBF. Regulamento nacional de registro e transferência de atletas de futebol. Disponível em: <http://cdn.cbf.com.br/content/201702/20170201154621_0.pdf>. Acesso em: 14 ago 2017.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**: planejamento, elaboração e apresentação. 2. ed. Lajeado: Univates, 2012.

DANI, Marco Ulhoa. **Transferência e registro de atletas profissionais**: responsabilidade e direitos. São Paulo: LTr, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. 30ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

DECAT, Scheyla Althoff. **Direito Processual Desportivo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

DELBIN, Gustavo; Silva, Rodrigo Ferreira da Costa; GRAICHE, Ricardo. **Elementos de Direito Desportivo Sistemico**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

DUARTE, Orlando. **História dos Esportes**. São Paulo: Makron Books, 2000.

FAVERO, Paulo. **Universidade do Futebol**. O efeito da Lei Bosman no futebol. Disponível em: <<https://universidadedofutebol.com.br/o-efeito-da-lei-bosman-no-futebol/>>. Acesso em: 14 ago 2017.

FIFA. **Circular n. 1464**. Disponível em: <https://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/49/57/42/tpocircular1464_en_neutral.pdf>. Acesso em: 16 ago 2017. FIFA. Standing Committes. Disponível em: <<http://www.fifa.com/about-fifa/committees/index.html#standingscommittee>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

_____. The story of FIFA. 2014. Disponível em: <<http://www.fifa.com/about-fifa/videos/y=2014/m=11/video=the-story-of-fifa-2477121.html>>. Acesso em: 01 set 2017.

FÜHRER, Maximiliano Cláudio Américo. **Resumo de obrigações e contratos**. 24ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

ESPORTE, Globo. **Acordo faz Palmeira lucrar mais com a venda de Gabriel Jesus para o Manchester City**. <<https://globoesporte.globo.com/futebol/times/palmeiras/noticia/acordo-faz-palmeiras-lucrar-mais-com-a-venda-de-gabriel-jesus-para-o-city.ghtml>>. Acesso em: 02 nov 2017.

GARCIA, Diego; VALENTE, Rafael. A fatia do bolo: 75% de quase 800 atletas dos grandes clubes são fatiados. **ESPN**. 04 mai. 2016. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/596260_a-fatia-do-bolo-75-de-quase-800-atletas-dos-clubes-grandes-sao-fatiados>. Acesso em: 6 out. 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Direito civil brasileiro: volume III, contratos e atos unilaterais**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

IFAB, History of. Disponível em: <<http://www.theifab.com/#!/history/ifab>>. Acesso em 6 out 2016.

_____. History of IFAB. Disponível em: <<http://www.theifab.com/history/ifab>>. Acesso em: 15 set 2017.

JORDÃO, Milton. **O fim da “coisificação” do atleta profissional de futebol?** Disponível em: <<https://universidadedofutebol.com.br/o-fim-da-coisificacao-do-atleta-profissional-de-futebol/>>. Acesso em: 12 out 17.

KRIEGER, Marcílio. **Disposições relativas ao atleta no direito desportivo brasileiro**. Revista Brasileira de Direito Desportivo, n. 3, 2003, p. 160.

MARCONDES, Luiz Fernando Aleixo. **Direitos econômicos de jogadores de futebol: Lex Sportiva e Lex pública. Alternativa Jurídica às Restrições de Compra e Venda de Direitos Sobre o Jogador**. Curitiba: Juruá, 2016.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes; FILHO, José Emmanuel Burle; BURLE, Carla Rosado. **Direito administrativo Brasileiro: atualizada até a Emenda Constitucional 190 de 15.9.2015**. 42ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIGUEL, Ricardo Georges Affonso. **Atleta: definição, classificação e deveres**. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/94402/2014_miguel_ricardo_atleta_definicao.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 ago 2017.

NETO, Jaime Barreiros Neto. **Direito desportivo**. Curitiba: Juruá, 2010.

OLIVEIRA, Jean Marcel Mariano. **O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol**. 2ª ed. São Paulo, LTr, 2016.

OLIVEIRA, Leonardo Andreotti Paulo de. **Direito do trabalho e desporto**. São Paulo: Quaerter Latin, 2014.

_____; Paulo de; VIGNA, Mario. **O “Third Party Ownership” no futebol europeu**, p. 431. In: OLIVEIRA, Leonardo Andreotti; Paulo de (Coord.). **Direito do Trabalho e Desporto**. 1. ed. São Paulo: QUARTIER Latin, 2014.

PORTAL UOL. **Uol Esporte**. Futebol é religião, não é esporte. Mas e o restante? Disponível em: <<https://negociosdoesporte.blogosfera.uol.com.br/2014/09/11/futebol-e-religiao-nao-e-esporte-mas-e-o-restante/>>. Acesso em 21 ago. 2017.

PRIMEIRA LIGA. História da Primeira Liga. Disponível em: <<http://www.primeiraligabr.com/liga.aspx#hist>>. Acesso em: 28 ago 2017.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **A Metamorfose do Futebol**. Campinas: UNICAMP, 2000.

RAMOS, Rafael. **Os Trabalhistas**. Para entender as cláusulas indenizatória e compensatória desportivas do contrato especial de trabalho desportivo. Disponível em: <<http://ostrabalhistas.com.br/para-entender-as-clausulas-indenizatoria-e-compensatoria-desportivas-do-contrato-especial-de-trabalho-desportivo/>>. Acesso em: 29 ago 2017.

REGULAMENTO nacional de registro e transferência de Atletas de Futebol. **Confederação Brasileira de Futebol**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://cdn.cbf.com.br/content/201603/20160314131641_0.pdf>. Acesso em 22 set. 2016.

REGULATIONS on the Status and Transfer of Players. **Fédération Internationale de Football Association**. Zurique, 2015. Disponível em: <http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/70/95/52/regulationsonthestatusandtransferofplayersjune2016_e_neutral.pdf>. Acesso em 22 set. 2016.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2006. 176 f.

SCHMITT, Paulo Marcos. **Legislação de Direito Desportivo**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

SILVA, Artur Flamino da. **Fundos de investimento no futebol e a proibição da FIFA**. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/03/21/desporto/opiniao/fundos-de-investimento-no-futebol-e-a-proibicao-da-fifa-1765922/amp>>. Acesso 24 out 2017.

SOUZA, Gustavo Lopes Pires. Direitos Federativos e Direitos Econômicos “pós” extinção do passe. **Universidade do Futebol**. 09 mar. 2011. Disponível em <<http://universidadedofutebol.com.br/direitos-federativos-e-direitos-economicos-pos-extincao-do-passe/>>. Acesso em 28 set. 2016.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. Volume único. 2ª ed. Revista atualizada. São Paulo: Método, 2012.

TAS. ***Sentence rendue par le Tribunal Arbitral du Sport, 2016/A/4490 RFC Seraing c. FIFA***. Disponível em: <http://www.tas-cas.org/fileadmin/user_upload/Sentence_4490__FINALE__internet.pdf>. Acesso em 31 out 2017.

THE INTERNATIONALfootball association. ***History laws of the game***. Disponível em: <<http://www.theifab.com/history/laws>>. Acesso em: 14 set 2017.

TUBINO, Manoel José Gomes. **500 anos de Legislação Esportiva Brasileira**: do Brasil Colônia ao início do Século XXI. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

ZITO, Felipe. **Globo Esporte**. Acordo faz palmeiras lucrar mais com a venda de Gabriel Jesus para o Manchester city. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/times/palmeiras/noticia/acordo-faz-palmeiras-lucrar-mais-com-a-venda-de-gabriel-jesus-para-o-city.ghtml>>. Acesso em: 01 abr 2017.

ANEXOS – CIRCULAR N. 1464

FIFA

For the Game. For the World.

TO THE MEMBERS OF FIFA

Circular no. 1464

Zurich, 22 December 2014 SG/maV/OOn

Regulations on the Status and Transfer of Players - third-party ownership of players' economic rights ("TPO")

Dear Sir Or Madam,

As you are aware, on the Occasion of its meeting on 25 and 26 September 2014, the FIFA Executive Committee passed a decision of general principle on the regulatory approach of a ban on thirdparty Ownership of players' economic rights ("TPO") with a transitional period. Furthermore, it instructed the dedicated Working group, which had been Created following the 64th FIFA CongreSS held in June of the Current year, to draft the technical regulations as per its original mandate.

In this respect, We Would like to inform you that, at its recent meeting held on 18 and 19 December 2014, the FIFA Executive Committee approved new provisions to be included in the Regulations on the Status and Transfer of Players (hereinafter: the Regulations) Concerning third-party Ownership of players' economic rights as well as third-party influence on clubs. Please find enclosed the pertinent articles 18bis and 18ter of the Regulations for your information. Equally, we kindly invite you to take note of the definition of "third party", which is also to be included in the Regulations, and is also enclosed to the present circular letter.

Both of the aforementioned articles are to come into force on 1 January 2015.

AS regards third-party influence on clubs, the current text of the existing article 18bis of the Regulations Was Only slightly amended.

The new article 18ter of the Regulations Contains the interdiction for clubs and players to enter into agreements with third parties, whereby the third party is being entitled to participate in Compensation payable in relation to the future transfer of a player, or is being assigned any rights in relation to a future transfer or transfer compensation.

The above-mentioned interdiction is to come into force on 1 May 2015.

Agreements covered by the ban which predate 1 May 2015 may continue to be in place until their ordinary Contractual expiration. However, the validity of new agreements covered by the pertinent prohibition that are signed between 1 January and 30 April 2015 may not have a contractual duration of more than one year beyond the date of them being signed.

Fédération Internationale de Football ASSOCIation FIFA-StraSSe 20 P.O. BOX 8044
Zurich Switzerland T: +41 (O)43222 7777 F: +41 (O)43 222 7878 FIFA.com

Regulations on the Status and Transfer of Players For the Game. For the World.

Definitions

For the purpose of these regulations, the terms set out below are defined as follows:

...)

14. Third party: a party other than the two clubs transferring a player from one to the other, or

any previous club, with which the player has been registered.

-

V. Third-party influence and Ownership of players' economic rights

Article 18bis Third-party influence on clubs

1. No club shall enter into a contract which enables the Counter club/counter clubs, and vice versa, or any third party to acquire the ability to influence in employment and transferrelated matters its independence, its policies or the performance of its teams.

2. The FIFA Disciplinary Committee may impose disciplinary measures on clubs that do not

observe the obligations set out in this article.

- - *

Article 18ter Third-party Ownership of players' economic rights

1. No club or player shall enter into an agreement with a third party whereby a third party is being entitled to participate, either in full or in part, in compensation payable in relation to the future transfer of a player from one club to another, or is being assigned any rights in relation to a future transfer or transfer compensation.

2. The interdiction as per paragraph 1 Comes into force on 1 May 2015.

3. Agreements covered by paragraph 1 which predate 1 May 2015 may continue to be in

place until their Contractual expiration. However, their duration may not be extended.

4. The validity of any agreement covered by paragraph 1 signed between 1 January 2015 and 30 April 2015 may not have a contractual duration of more than 1 year beyond the effective date.

5. By the end of April 2015, all existing agreements COVered by paragraph 1 need to be recorded within the Transfer Matching System (TMS). All clubs that have signed such agreements are required to upload them in their entirety, including possible annexes or amendments, in TMS, Specifying the details of the third party Concerned, the full name of the player as well as the duration of the agreement.

6. The FIFA Disciplinary Committee may impose disciplinary measures on clubs or players that

do not observe the obligations set out in this article.

As an additional obligation, all existing agreements COVered by the ban need to be recorded within the Transfer Matching System (TMS) by the end of April 2015.

Finally, it is to be emphasised that, as is already the case for article 18bis, the FIFA Executive Committee decided to include the new article 18ter of the Regulations in the list of provisions which are binding at national level and must be included in the aSSociations' regulations.

We thank you for your kind attention to the above and for ensuring that all of your affiliated clubs are informed accordingly without delay.

Yours faithfully,

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION



Jérôme Valcke Secretary General

Enc. aS mentioned

CC. - FIFA Executive Committee - Players' Status Committee - Disciplinary Committee - Confederations — ECA - FIFPro – EPFL